

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA
POLÍTICA

Alexandre Locke Suchodolski

**RESÍDUOS E A PESCA NOS RANCHOS DA
COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ**

Trabalho de
Conclusão de Curso
apresentado ao
Departamento de
Sociologia e Ciência
Política da
Universidade Federal
de Santa Catarina
como requisito para
obtenção do título de
Bacharel em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Dr.

Rafael Victorino Devos

Florianópolis

2014

Alexandre Locke Suchodolski

**RESÍDUOS E A PESCA NOS RANCHOS DA
COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia e Ciência Política como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos
Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Antropologia (Orientador)

Profª Dra. Evelyn Martina Schüller Zea
Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Antropologia (Examinadora)

Prof. Dr. Gabriel Coutinho Barbosa
Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Antropologia (Examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Fiona Locke e Jaques Suchodolski, pelas possibilidades, pelos esforços, pelo incentivo.

Agradeço ao professor Rafael Devos, cuja orientação aplicada, paciência e destreza possibilitaram o desenvolver e conclusão deste trabalho.

Agradeço ao Professor Oscar Calavia Sáez, pelas risadas, por boas aulas, e por acreditar na relevância do tema de pesquisa escolhido.

Este trabalho foi realizado por diversas pessoas, desde quem me presenteou um livro, aos que me abriram as portas de seus ranchos, sempre bem intencionadas. Agradeço!

RESUMO

Esta monografia retrata uma pesquisa etnográfica em torno dos resíduos no contexto dos ranchos de pesca na orla da Costeira do Pirajubaé (Florianópolis, SC). Os "restos" derivados da pesca e do trabalho com berbigão (*Anomaliocardia brasiliiana*) significam-se na medida em que estejam inseridos em sistemas lógicos distintos, os quais subjazem às diferentes práticas com o ambiente, estratégias de atuação e formas de relação com o mesmo.

Palavras-chave: Resíduos; Pesca; Ranchos de pesca; Ambiente; Cascalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 RESÍDUOS: RECONHECENDO SISTEMAS DE SEPARAÇÃO	25
3 A COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ	35
4 OS RANCHOS E A ORLA DA COSTEIRA	39
5 PÁSSAROS E A PESCA	46
6 O BERBIGÃO	59
6.1 A SAÍDA AO MAR.....	91
6.2 O “BENEFICIAMENTO”	111
7 O RANCHO	117
8 CONCLUSÃO	129
BIBLIOGRAFIA	137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Urubus e resíduos; Cascalho sujo/Cascalho limpo....	34
Figura 2 – A Costeira do Pirajubaé.....	37
Figura 3 – Imagem aérea/Croqui – Vista aérea.....	38
Figura 4 – A Costa da Costeira.....	45
Figura 5 – Pássaros e a Pesca.....	53
Figura 6 – Madeira de fora.....	64
Figura 7 – Jovens mangues.....	71
Figura 8 – “Vendo casca e berbigão.....	90
Figura 9 – A Puxada (1)	105
Figura 10 – A Puxada (2)	105
Figura 11 – A saída: maré torrada e lama.....	109
Figura 12 – Trabalho esforçado.....	110
Figura 13 – “Dá até pra ver a ponte.....	111
Figura 14 – Peneira de ferro.....	115
Figura 15 – Descascando.....	116
Figura 16 – Quase uma segunda casa.....	128
Figura 17 – De dentro e de fora.....	135

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANT - Teoria Ator-Rede

Casan - Companhia Catarinense de Água e Saneamento

Cempre - Compromisso Empresarial pela Reciclagem

Comcap - Companhia Melhoramentos da Capital

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade

Resex - Reserva Extrativista

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresento aborda relações acessadas entre o início de setembro do ano de 2013 e finais de julho de 2014, por via de uma pesquisa sobre *resíduos* nos “ranchos de pesca” do bairro Costeira do Pirajubaé, na ilha de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. As dezenas de visitas a campo incluíram locais e sujeitos diversos, sedes de órgãos do Estado relacionados ao lixo e a questões ambientais, manguezais, empresas de produção de adubo, salas de aula de agronomia... Quando dei por conta, até mesmo uma visita à casa de amigos se tornava mais um "campo". Entrevistas e encontros nos próprios ranchos foram menos do que dez - um número que não inclui telefonemas, encontros casuais, visitas esporádicas, nem pessoas e locais novos, com quem e onde o tema também se desenvolvia.

O leitor não encontrará um caminho simplificador ao universo abordado, senão um retrato que visiona o trajeto da pesquisa em sua real complexidade. O "campo", mais ou menos delimitado pelo local nominado, é em verdade produto da própria pesquisa. É realmente composto numa interface dinâmica, tramada entre *relações* que constituem um *ambiente* de *práticas*, onde elementos humanos e não-humanos estão imbuídos com o potencial da *agência*; interagem e significam-se.

À medida que as diversas *práticas* apresentavam-se, envolviam-me a incluir nesse retrato pinceladas e significações distintas – diferentes *sistemas* – que, às suas lógicas próprias, organizavam o mundo de formas diferentes umas das outras e, não obstante,

coexistentes. Deparei-me assim com diversas formas de “sujeira”, onde nem mesmo imaginei que encontraria, assim como de “ordem”, onde esperava encontrar *resíduos*. O “lixo” marginalizou-se ao longo da pesquisa e tomou forma mais subjacente nesse texto, e o “cascalho” (conchas de berbigão), tomou um papel mais central, e explícito no texto. Para além das pessoas e das instituições públicas, tomaram formas atuantes: o mar, a maré, o manguezal, a lama, os ventos, peixes, aves, redes... Seria possível sistematizar tantos agentes, práticas, ações e interações?

O projeto de pesquisa que havia cunhado antes de ir a campo partia da premissa ecologista de que um sistema teórico bem elaborado poderia subsidiar formulações técnicas para solucionar “problemas ambientais” decorrentes de hábitos inadequados ou “incorretos” com relação a *resíduos*. Mas mesmo a *compostagem*, uma dessas técnicas (a qual eu defendia veementemente como solução a aproximados cinquenta por cento do lixo produzido no país) encontraria limites no decorrer da pesquisa, limites esses decorrentes do contraste entre *sistemas de organização* distintos, de significações e práticas distintas. Assim apresentavam-se as conchas de berbigão, o “cascalho”: ora resíduo, ora produto, ora perigo, ora proteção.

Afastando-nos da observação simplista sobre o aspecto “social” (humano) de ocupação do mangue, seguindo trilhas também (e tampouco apenas) não-humanas, podemos tratar de traçar uma outra ecologia, uma ecologia da Costeira do Pirajubaé - de vários sistemas *conviventes*, de vários significados, de relações, de organizações, de funcionamentos, de práticas, de lógicas distintas e coexistentes. Em plano teórico, poder-se-ia construir um Sistema de Sistemas?

Uma perspectiva epistemológica desenvolvida à aceitação da *complexidade* do universo, torna a descrição e análise do mesmo um caminho de legítima aventura antirrealista. A qualquer recorte ensejado pelo objeto científico, essa ideia se aplica de forma fractal: Munidas de método, pesquisas podem acompanhar e ser acompanhadas por uma série ininterrupta de perspectivas, mais ou menos delimitadas pelas narrativas que as declaram - todavia, o universo em questão é e será, em absoluto, complexo.

No caminho ao fogo do conhecimento e da razão, a via cartesiana de análise dividiu e subdividiu eventos, recortando-os e destacando-os para melhor observá-los... E pela newtoniana assim continuou, equacionando esse mundo em busca da "chave", a última parte do universo, a sua fórmula atômica, para quiçá então capturar, de uma só *puxada*, todos os eventos, fenômenos e composições possíveis do mundo palpável. Mas essa ciência ao *logos*, nessa estrada ao sol, deixou de lado bagagens triviais: no contato com o mundo, a realidade é composta também pela própria *experiência*. (MAFFESOLI, informação verbal)¹.

Para trilhar a presente trajetória, no entanto, não será necessário abandonar, ou muito menos esquecer, o até então trilhado caminho iluminista. Não será necessário abdicar do ensejado status positivista - o comtiano legado na busca pelo ser humano, em tudo que o cerca, compõe e mesmo separa. Peço, porém, essa mínima paciência do leitor,

¹Palestra oferecida por Michel Maffesoli na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2009.

para que se possa situar no contexto dessa perspectiva não de todo convencional:

Einstein. Ao mesmo tempo em que demonstrava que a velocidade da luz não é relativa, e sim uma constante, apontava para o fato de que até mesmo o tempo há de ser experimentado de formas distintas, conforme particularidade conjuntural de cada perspectiva, produzida e inexoravelmente ligada aos movimentos do observador.

Para agravar a cisão com as (in)convenientes perspectivas científicas convencionais, atualmente diz-se (sem pudor) que um elemento é substancialmente partícula e, ao mesmo tempo, onda. A física quântica consegue hoje observar onda e partícula como componentes substanciais, como propriedades “materiais”, de um mesmo elemento palpável. Conforme os métodos de observação as experimentem, comportamentos distintos dessas partículas se demonstram autênticos a cada observação, mesmo que aparentemente contraditórios. É como se o objeto em questão fosse cunhado e denunciado complexo à medida que as distintas observações se sobreponham e entrelacem em torno dele. Significa dizer que um objeto científico está, da forma que o conhecemos, condicionado ao observador – sempre.

Edgar Morin (2007) abarca em seu posicionamento filosófico o fato de que comportamentos são diferentes no mesmo evento caso mudemos o método de análise e propõe que a ciência legitimamente aceite a complexidade. Para conhecer o universo na luz dessa razão sem incorrer no abafamento alertado, Morin propõe que não nos limitemos a objetivá-lo em partes: propõe que nos dediquemos a compreendê-lo de forma *sistêmica*. De forma análoga à "Teoria da Complexidade" (como

é conhecida a de Edgar Morin), também Lévi-Strauss (2008) convidou a antropologia a objetivar elementos culturais sem que os afastássemos das inexoráveis relações que os significam. E conhecer uma sociedade ou qualquer de seus elementos envolve desde então, de alguma forma, abrangê-los em uma espécie de estrutura relacional, de onde, caso destacados, despem-se também (inconvenientemente) seus significados.

Se a partícula de um átomo (que deveria ser a parte material última e indivisível do universo) demonstrou-se, na história das ciências, complexa (e cada vez mais complexa!), imaginemos um tal "ser humano" – quanto mais explorado cientificamente, igualmente mais complexo demonstra-se: Um indivíduo é cheio de nuances (físicas, biológicas, psicológicas, culturais, etc.), é imprevisível, e, em última instância, até mesmo a si próprio é desconhecido. Ora, a tarefa de estudar um conjunto de pessoas a fim de conhecê-las, a uma sociedade, pode estar assim fadada a limites e "fracassos" de todas as diversas ordens. O esforço de realizá-la poderia resultar, com sorte, na formulação de um ou mais mitos. (É de se questionar se isso é de fato uma limitação, das ciências, no caso, ou um potencial ferramental). Já se a tarefa for, digamos, estudar algo *junto a* essas pessoas ou sociedade, pode-se estabelecer um *como* isso é feito – e extrair um produto nas *relações*. (Eureka!). Mas embora imbuído de tal método, esse atarefado (pesquisador) encontrará como forma de comunicar seu "produto" (a pesquisa), o "retrato" de uma história...

A narrativa que apresento nessa monografia dá-se a partir da trajetória da pesquisa, e não será o suficiente para retratar o universo tematizado para além da restrita perspectiva do pesquisador como

interagente em campo. Muitas informações apresentadas carecem de dados mais objetivos ou quantificados, mas possuem o valor de elementos que compuseram a trajetória pelo universo percorrido por entre as relações produzidas pela pesquisa. Busquei mencionar e incluir esses elementos em discussão, procurando sempre que possível citar as respectivas fontes de informação e como cheguei a elas. Quaisquer desses elementos poderão assim se tornar objetos de aprofundamento em futuras pesquisas relacionadas ao tema ou ao meio apresentado. Nuances e detalhes a princípio aparentemente deslocados da temática poderão ao longo do texto oferecer subsídio à análise ou esclarecimento a futuros questionamentos.

Baseado nos escritos do caderno de campo, faço um retrato da minha própria trajetória pela pesquisa, por onde se tem contato com parcelas de momentos vividos como resultado de interações norteadas pela temática subjacente, que me levou a dar atenção a práticas relevantes ao tema sobretudo. Não me comprometo com a ordem cronológica dos acontecimentos e conversas. Busquei ao longo do texto produzir uma forma coerente à relevância dos fatos, ordenando-os conceitualmente às respectivas discussões e abordagens antes de retomar eventos do campo. Também, com o fim de evitar atritos com e entre interlocutores e agentes, optei por substituir alguns dos nomes originais por fictícios.

A câmera de um celular “smartphone”² que sempre carrego no bolso, demonstrou-se útil ao meu ensejo de produzir imagens junto aos

² Usei a câmera do *iphone4* tanto por gravar imagens de melhor qualidade do que minha câmera fotográfica quanto pela possibilidade de fazer edições e uploads para a internet pelo próprio aparelho, estando em qualquer lugar. Outro recurso que utilizei foi a internet: tanto o e-mail para enviar fotos aos

interlocutores. As fotografias podem ser um recurso mais acessível e elucidativo do que o texto escrito, principalmente se visamos um público mais amplo do que apenas o acadêmico. O uso da câmera se demonstrou uma forma especial de aproximação em campo, também de negociação e até de retorno da pesquisa aos interagentes.

Também se notarão as dificuldades em tratar do *lixo* e das práticas tão específicas e até íntimas a cada caso. O lixo ficou assim “pulverizado” pela trajetória dessa narrativa e, embora sempre a ele atentei-me durante o campo, permaneceu, de certa forma, marginalizado. O *cascalho*, porém, foi um caminho por onde pude tratar com maior facilidade e fluidez. Embora fruto de um sistema de separação, para além de um resíduo ou sujeira, essas conchas de berbigão tomam diversas outras formas e significados, de produtos, artesanatos, aterros, calcário, e acabam por misturar tantas outras histórias, lugares, agentes e pessoas.

Nessa trama envolveram-se atores humanos e não-humanos. A narrativa que apresento visa apontar e reconectar elementos diversos ao que se pode identificar como “social” nos ranchos da Costeira do Pirajubaé. Por via da observação participante pude notar procedimentos, práticas e termos correntes às formas de relações locais entre os agentes e por via do trabalho. A narrativa não visa desconstruir o que se pode

interlocutores como o *facebook* para armazenar e compartilhar imagens com meu orientador e interlocutores sem maiores esforços. A “rede social” virtual demonstrou-se versátil, permitindo também a visualização de grandes quantidades de fotos em tempo hábil sem necessidade de fazer download, mas com a possibilidade de copiá-las individualmente. Em dado momento, o *smartphone* de um interlocutor também foi utilizado quando quis me mostrar suas próprias filmagens feitas sobre um local da Resex.

entender que seja resíduo, pesca, ranchos, ou o próprio ambiente local, mas sim retratá-los numa trama onde se envolvem e reconfiguram-se à sua própria maneira.

Por via da Teoria Ator-Rede, Bruno Latour reconhece micróbios, vieiras, rochas, barcos, genes, entre outros elementos *não-humanos*, como *sociocompatíveis* – incluindo-os no *corpus* da teoria social (LATOURE, 2006). Esses elementos adquirem na ANT status e valor de *atores*, pois a eles (assim como aos humanos) é reconhecido o atributo da *agência*. Esse papel de “atuação” é sobreposto assim à “infeliz” noção de que seriam objetos “*naturais*” e logo condicionados como passivos suportes de projeções simbólicas.

Durante a tarefa de identificar e acompanhar as práticas ligadas *com* os resíduos acabaram por apresentarem-se significativamente e de forma atuante tanto pessoas e instituições públicas, quanto lugares: o mar, a maré, o manguezal, a lama, ventos, peixes, redes, aves, fogo, dentre outros agentes. Identificar como se envolvem ou ao menos reconhecer um pouco das formas como se relacionam significaria aprender novas formas de olhar para o mundo.

As relações de agentes entre si e com o mundo de forma geral constroem-se e dão, de forma prática, substância ao que se pode reconhecer como *ambiente*. Para Tim Ingold, o desenvolvimento (“*grow*”/“*cultivo*”) de conhecimento, para aquém de um processo cognitivo e de significação, é análoga ao processo de “*enskilment*”, por via da “*educação da atenção*” e do desenvolvimento de *habilidades* coligadas à experiência prática do corpo e mente no mundo (INGOLD, 2010). Para Ingold, as capacidades de lidar com o ambiente não estão no corpo ou mesmo no ambiente, “[...] elas são, isto sim, propriedades de

sistemas ambientalmente estendidos que entrecortam as fronteiras de corpo e cérebro” (INGOLD,2010, p.16). Na pesquisa que apresento o ambiente se demonstrou “altamente estruturado” – habilidades desenvolvidas pelos indivíduos e competências inculcadas em seus corpos, notei tanto em ações quanto por via de conversas. Estavam desenvolvidas conforme o “contexto sensorial” e vinham sendo produzidas nessas pessoas de acordo com as relações dinâmicas entre elas e os outros elementos do ambiente, assim como com o cascalho e outros organismos.

Entre diferentes agentes observei ao longo da pesquisa variadas formas de se relacionar, referir e significar. Se entre as diferentes formas de interação entre alguns dos agentes da Costeira pude, como demonstrarei, observar diferentes utilidades e atribuições a objetos materialmente iguais em referência, é porque há ali uma trama disposta pela coexistência de sistemas, próprios em suas formas práticas e logísticas. As conchas de berbigão, como exemplo central e por fim norteador ao trabalho, revelaram-se ora resíduo, ora produto, ora perigo, ora proteção. Concluo que essa variedade de significados é correlata à respectiva variedade de sistemas conviventes – sistemas de relação, de organização, de funcionamento e de práticas à suas próprias lógicas. Se quisermos acessá-las, é por via dessas práticas que podemos fazê-lo. É possível segui-las como a “pistas” com a finalidade de conhecer os latentes sistemas de organização intrínsecos ao ambiente da Costeira do Pirajubaé, sem destacá-las de sua real complexidade – conforme a tessitura de relações estabelece.

2 RESÍDUOS: RECONHECENDO SISTEMAS DE SEPARAÇÃO

Impelido inicialmente e idealmente à tarefa de aperfeiçoar formas de lidar com resíduos, busquei reconhecer o que acontecia com o lixo na cidade de Florianópolis, acreditando na compostagem como solução a boa parte dos “problemas” atribuídos a esse estigmatizado componente das atividades humanas locais e globais.

Aproximadamente cinquenta por cento dos resíduos coletados pela Comcap³ na ilha de Florianópolis enquadram-se na classificação de *resíduo orgânico*⁴, e são destinados ao aterro sanitário de Biguaçu, uma das cidades continentais vizinhas. Em torno de vinte cidades das proximidades destinam seus *resíduos* ao mesmo aterro.

O aterro de Biguaçu pertence à empresa franco-espanhola Proactiva, que recebe uma considerável soma de dinheiro investido pela população no Estado para buscar os resíduos rejeitados pelo município e gerir o aterro. A empresa oferece o mesmo tipo de serviço a diversas cidades, de diversos estados, e está presente em vários outros países americanos, e obtendo saldo de acordo com as toneladas de material despejado em espaços sob sua administração.

Durante o pré-campo da pesquisa fui informado por profissionais da Comcap e por professores da Universidade Federal de Santa Catarina envolvidos com gestão de resíduos que, para além do que imaginava, os gastos do município de Florianópolis giram em torno de

³ Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap) é a empresa municipal responsável pela coleta convencional e seletiva de resíduos em Florianópolis.

⁴*Resíduo orgânico* é a classe de resíduos provenientes de origens animais ou vegetais (BALDISSARELLI et al., 2009).

cinquenta a sessenta e cinco mil reais por dia para gestão de resíduos. A “sujeira” é separada e afastada da ilha, destinada aos cuidados de outras pessoas, em outros locais, e geram desconfortos, por exemplo, à vizinhança de moradores do entorno do aterro, que sofrem com os odores, a desvalorização imobiliária e o estigma de residir ao lado de tal lugar, também aos trabalhadores responsáveis por lidar com o lixo⁵.

A Constituição brasileira implica o “direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado”, sendo o cuidado esse um “dever público e coletividade”(BRASIL, 1988). Apesar da “coletividade” estar ali incluída, como veremos, a letra maiúscula em “*Ambiente*” não pode significar mais do que a sobreposição discursiva sobre variadas formas de entendê-lo, significa-lo e trata-lo. A Constituição atribui ao poder municipal a tarefa de lidar com resíduos, assim como normatizado pela carta de leis brasileiras, à sua deposição “final”⁶. O poder municipal é imbuído assim não apenas da responsabilidade, mas da “habilidade” de lidar com essa *sujeira* sem incorrer no *perigo* de *contágio* ou *poluição*⁷. Em outros termos, a prefeitura e seus anexos possuem o

⁵ Sobre a relação entre pessoas e o trabalho com o lixo, assim como condições de trabalho, indico referências audiovisuais: COUTINHO, E. **Boca do Lixo** – Documentário, Brasil, 1992, cor, 49 min.; FURTADO, J. **Ilha das Flores** – Documentário, Brasil, 1989, cor, 13 min.; PRADO, M. **Estamira** – Documentário, Brasil, 2004, cor, 127 min.; WALKER, L.; JARDIM, J.; HARLEY, K. **Lixo Extraordinário** – Documentário – Brasil – Reino Unido, 2010, cor, 99 min. Assim como referências literárias acadêmicas: KUHEN, 1995; SILVA, 2010; ACHUTTI, 2004.

⁶ A Lei 9.795/1999, referente à política nacional de “educação ambiental” (à qual “todos têm direito”), define como destino errado do lixo aquele que não o conduziu à reciclagem ou para aterros sanitários.) (BRASIL, 2011)

⁷ Aterros sanitários são entendidos pelo governo como solução ao perigos de rejeitos, solução de “menor impacto ambiental”, mais preparados para receber lixo por terem o solo impermeabilizado à infiltração do chorume, líquido decorrente da decomposição de resíduo orgânico, sistema de drenagem, e

conhecimento técnico necessário para lidar com lixo sem deixá-lo poluir o ambiente. Além de “proteção do Meio Ambiente”, a Constituição aponta diretrizes ao “desenvolvimento urbano e regional”, interligando esferas de ação em “saneamento básico” e “saúde pública”.

Cabe então à instância municipal de poder público utilizar de diferentes métodos para lidar com a questão do *lixo*, especificando órgãos, terceirizando ou consorciando prestação de serviços para com os resíduos. Além das formas específicas que esses resíduos tomam sob as categorias abordadas por técnicos e especialistas, as diversas formas de lidar com os resíduos significam também trabalhos diferenciados e práticas específicas, e certamente, envolve uma considerável margem de capital financeiro⁸.

contenção das pessoas que ali poderiam circular, protegendo assim o lençol freático e pessoas do risco de contaminação e explosão devida aos gases. Enchentes e inundações, deslizamentos, doenças, morte, “desequilíbrio ambiental”, “danos irreversíveis”, poluição da água potável, “comprometimento da fauna e flora”, da biota marinha, problemas de navegação e maricultura, gases venenosos, poluição da atmosfera, incêndios, aborrecimento, colisões e até acidentes espaciais são alguns dos perigos reconhecidos e decorrentes da má administração de resíduos (BALDISSARELLI et al., 2009)

⁸ Durante o campo conheci um engenheiro que, enquanto trabalhava para um órgão público, visitou o aterro de Biguaçu e, constatando que não tinha capacidade para gerir mais do que vinte e cinco por cento do chorume, líquido decorrente da decomposição dos resíduos, encontrou e tirou fotos de dutos subterrâneos que encaminhavam o poluente por baixo do terreno vizinho ao aterro até o mar. No entanto, qualquer avanço investigativo foi negado ou encontrou-se estagnado em alguma instância. O homem alertou que se tratando do dinheiro envolvido, a vida de um delator não significaria empecilho ao “esquema”. Também ouvi por parte de profissionais envolvidos em gestão de resíduos que as renovações de contrato eram forma de corrupção preexistente a qualquer político que viesse a ocupar o cargo de prefeito. O termo utilizado foi “propinoduto”.

O Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo levantou que em média cinco por cento dos recursos financeiros de municípios brasileiros são destinados à limpeza urbana. A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), promovida pelo IBGE no ano 2000, apontou que nas áreas urbanas aproximadamente cinquenta por cento dos resíduos produzidos é orgânico. Um brasileiro, estima-se, produz em média 0,92 quilogramas de lixo por dia (BALDISSARELLI et al., 2009), e também por via do PNSB-IBGE, o Ministério das Cidades verificou no ano de 2003 mais de cento e vinte e cinco mil toneladas de resíduos produzidas por ano no país. Com relação à década anterior, constatou-se um aumento de trinta e cinco mil toneladas de resíduos produzidos ao ano no país.

O cenário nacional, para fins de políticas públicas, encontra-se, portanto, numa situação agravante em termos do aumento da produção de lixo que, ainda nos anos 2000, encaminhavam-se em parcelas de apenas três por cento à reciclagem (como “material seco”), e quatro e meio por cento à compostagem (também entendida pelos poderes públicos como forma de reciclagem e “destinação adequada” aos resíduos) (BALDISSARELLI et al., 2009). O IBGE divulgou que no ano da pesquisa aproximadamente apenas quarenta e sete por cento dos resíduos coletados nos municípios destinavam-se a aterros sanitários, vinte e dois por cento a aterros controlados, trinta e meio por cento a “lixões” (hoje judicialmente proibidos), e cinco por cento não informados. Segundo a pesquisa CICLOSOFT, realizada pela organização Compromisso Empresarial pela Reciclagem (Cempre), no ano de 2008 não mais do que quatorze por cento da população brasileira tinha realmente acesso a serviços de coleta seletiva ou diferenciada.

Carecemos assim, como país, de subsistência administrativa suficientemente capaz de arcar com a tarefa de gerir o lixo.

Nesse canário de “risco ambiental” estão também envolvidas, para além de cada “cidadão”(em suas formas próprias e mais ou menos “adequadas” de lidar com os resíduos), centenas de milhares de trabalhadores com o lixo. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) chegou a estimar em quinhentos mil o número de pessoas que sobrevivem de coletar, separar e comercializar materiais recicláveis em grandes cidades brasileiras (BALDISSARELLI et al., 2009). Contudo, até mesmo essas formas de trabalho estão envolvidas num contexto bastante mais amplo do que se pode imaginar a primeira vista. Elas encontram-se inseridas numa lógica de funcionamento internacional de mercado, indústria e capital. Essa reciclagem acontece de acordo com uma demanda mercadológica pelo produto, e não somente em função do serviço mais ou menos adequados de coleta seletiva municipal. A flutuação do preço internacional de um material reciclável define seu valor no próprio mundo de trabalho com o lixo e de separação manual, onde chega a ser referido entre catadores e separadores no Brasil, em dólares. Se por exemplo, o preço de um determinado tipo de plástico aumenta no mercado internacional, junto à demanda industrial de reciclagem, nos centros de triagem decorre uma busca seletiva por esse mesmo material, e se no dia seguinte o preço do vidro aumenta, é ao vidro que se volta a atenção dos trabalhadores.

Para além das decorrências socioespaciais, políticas, econômicas, ecológicas na corrente forma de entender a responsabilidade sobre resíduos, sob sua forma público-administrativa de perspectiva, restam

outras questões e problemas envolvendo noções de *responsabilidade* em torno dos resíduos por todos produzidos. Embora já tivesse tal questão em mente antes de sair a campo, ela não foi respondida para além de possivelmente recomposta por imagens e declarações dispersas ao longo do trajeto da pesquisa. Um pescador justificava jogar guimbas de cigarros no mar, já que outros faziam pior, jogando latas. Outra pessoa acusou políticas públicas que definem a proibição da construção de banheiros nos ranchos onde trabalha à beira-mar como legitimadora da prática que consiste em defecar dentro de sacolas plásticas e arremessá-las ao mangue. Já outra pessoa afirmou que em seu trabalho com berbigão na costa da Costeira não “desperdiça” nada, e “aproveita” tudo. Enquanto outras apontaram o trabalho com berbigão como gerador de grandes quantidades de resíduos...

Será que os resíduos representam *per se* um *problema*? Poderia de fato ser “solucionado”? Além de materialmente diversos, os “resíduos” demonstraram-se também diversificados de acordo com pontos de vista distintos. Ambientalistas podem, por exemplo, encontrar significados perigosos ao *lixo*, apresentando assim soluções práticas e por vezes soluções economicamente estratégicas a certos resíduos que o compõe. A exemplarmente proposta ressignificação desses resíduos pode se dar, por essas vias, pela reinserção do material a um ciclo produtivo, como matéria prima, como forma de aumentar o número de empregos, como fontes de energia, ou mesmo como arte. Serão ainda assim “sujeira”? Mas e todos os outros “lixos”? Como solucionar esse problema?

Para além das noções de responsabilidade perante lixo, resíduos, subprodutos, refugos, rejeitos, assim como perante a poluição, *sujeira*

está de fato inexoravelmente ligados aos olhos de quem a vê e significa. Podemos, no entanto, acessar as várias formas de lidar com esses elementos. Por vezes esses procedimentos transformam o que era resíduo em outra coisa que não sujeira, ou por outras vezes, nesses procedimentos produz-se sujeira onde não havia. Retratar as formas de lidar com essas coisas e acompanhá-las etnograficamente é por fim quiçá, entender algo sobre as subjacentes lógicas dos sistemas e ciclos que os produzem, ordenam, significam, inserem ou excluem.

Para a antropóloga Mary Douglas onde há *sujeira*, há sistema (DOUGLAS, 1991). O ato de separar o mundo do imundo está para a antropóloga como parte integrante das diversas culturas e sociedades, *ordenadas* em estruturas de relações que se refletem de certa forma nas maneiras e protocolos que implicam em *como lidar* com as *impurezas*. As relações sociais estão dessa forma pautadas também pela possibilidade que os indivíduos, classes ou castas encontram de se relacionar com certos elementos, que carregam valores de maior ou menor *pureza* tanto materialmente quanto em níveis metafísicos. Infringir tais protocolos significa incorrer no risco de *contaminação* e todos os *perigos* advindos. As organizações humanas estão dessa forma intrinsecamente ligadas à *sujeira*. Qualquer coisa ou evento que venha a se contrapor a essa ordem constitui uma forma de “anomalia”, e carrega de forma análoga, a possibilidade de *contágio*, ou mesmo o *perigo* da *poluição*.

Se para conhecer esses sistemas de organização, como propõe o filósofo Bruno Latour e o antropólogo Tim Ingold, incluímos na análise os atores não-humanos envolvidos, e observarmos a coexistência de

diversas ordens e ciclos que compõe o sistema do ambiente estudado, o foco em estruturas hegemônicas, por via de discursos políticos, religiosos, médicos, ou sanitaristas, não será suficiente para acessar tal realidade em sua real complexidade.

De início a essa pesquisa, parte do lixo poderia ser reordenada para dentro do ciclo produtivo da cidade e do campo, cri eu. Da perspectiva que compartilhava: A categoria “resíduo orgânico” inclui em si a atribuição da propriedade e qualidade de ser reciclável. A partir desse modelo de classificação, bastaria mudar a destinação e formas de manejos dessa parte do lixo, *separando-a do resto*, e *reordenando-a* conforme os tipos de compostagem⁹ possibilitam para solucionar uma grande parte dos “problemas” advindos da “má administração” do lixo. Idealmente, a prática de compostagem estaria concomitantemente ajudando a significar noções de responsabilidade ecológica e cívica, gerando novas formas de trabalho e empregos, e reinserindo um “poluente” ao ciclo agroecológico, como adubo ou “composto” para a nutrição de plantas e produção de alimento.

Em campo, no entanto, deparei-me com *limites* a essa formula técnica. Esses limites são os pontos de encontro entre diferentes *sistemas de organização*, que seguem à suas próprias lógicas, formas de

⁹ No início do século XX, no sul da Índia, o inglês Sir Albert Howard vivenciou práticas da cultura local que incorporavam os restos orgânicos ao ciclo de produção agrícola. Esses sistemas de agricultura e compostagem inspiraram-no a publicar artigos e livros disseminando ideias sobre agricultura orgânica e contrárias ao uso de insumos químicos artificiais na produção agrícola. Nos anos de 1930 essas publicações já se encontravam em circulação internacional. Hoje se entende tecnicamente compostagem como sistemas que envolvem diversidades de matéria orgânica misturada (*compost*), em sistemas de reciclagem aeróbia e por via de ação microbiológica. *Leirastermofílicas*, *vermecompostagem* e *minhocários* são alguns dos sistemas relativos a essas práticas.

conhecimentos, significações, e *práticas* com o ambiente. Se em campo um agente do ICMBio tratou de referir-se às conchas de berbigão como resíduo, era o que enxergava a partir de sua perspectiva na relação que desenvolvera como ambiente -já uma senhora que trabalha com berbigão trata a “*casca*” como utilidade amplamente funcional além de como fonte de renda. São diferentes sistemas e lógicas tácitas às formas de relacionar-se com o elemento em questão.

Podemos ecologicamente, mas sem separar natureza e cultura, também enxergar alguns pontos de intersecção desses sistemas como marcadores de um cenário político de interações e negociações, inclusive porque por vezes há mesmo disputas e tensões envolvendo os mesmos referenciais. Isso não ocorre necessariamente através das conchas de berbigão, mas definitivamente com relação a outros elementos e práticas que os acompanham. Seria, contudo, limitador reduzir essa interação *intersistêmica* a seus nódulos de tensão, já que estão entrelaçados de tantas outras formas - por vezes inclusive, de dependência. Esse é o caso na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, primeira Resex marinha do Brasil, criada em 1992, onde o trabalho do ICMBio não existiria sem o extrativismo e suas “práticas tradicionais”, mas onde as formas que os pescadores e extrativistas encontram para se relacionar com o ambiente encontram-se em constante interação com fiscalizações e normas produzidas por outsiders. Entender algo sobre as relações que produzem ora resíduo e hora produto nesse cenário significa abrir-se e desdobrar-se às diferentes lógicas que imperam e coexistem em suas formas práticas e ao *como* se dá o contato dos atores que compõe esse ambiente.

Figura 1 - Urubus e resíduos; Cascalho sujo/Cascalho limpo



3 A COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ

Em determinado momento da formulação do projeto dessa pesquisa, um professor da agronomia me incentivou a trabalhar de forma mais “ativa” em campo. Levantar informações sobre *como* se davam relações com os resíduos seria pouco eficiente no intuito de modificá-las. Ele contou que alguns bairros entre o aeroporto de Florianópolis estavam dispensando resíduos decorrentes da pesca de forma inconveniente ao tráfego aéreo, atraindo urubus. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) estaria inclusive contratando biólogos e ecólogos para buscarem soluções ao problema. Até então, contou o professor, fora concluído que a presença de capim ao redor das pistas de pouso atraía minhocas, que atraíam pássaros pequenos, que atraíam aves maiores. O conserto de cada turbina estragada pela colisão com urubus, argumentou o professor, seria muito mais dispendiosa do que o subsídio a um projeto de compostagem envolvendo os pescadores da região em um sistema de que incorporasse inclusive todo aquele capim retirado.

Por acaso eu havia há pouco falado sobre o tema dessa pesquisa com uma estudante de arquitetura. Durante sua graduação fizera um trabalho sobre um projeto virtual de reurbanização do bairro Costeira do Pirajubaé, exatamente um daqueles nas proximidades do aeroporto. Durante seu campo destacou-se não só a “sujeira” presente nas vias aquíferas, mas o fato de que não havia muito tempo um aterramento separara todo um modo de vida dos moradores da orla. Apesar dos

canais que ligam a água do mar ao bairro, eram estreitos e não muito utilizados.

Esse aterro quando iniciada suas obras foi justificado como solução viária ao transido de automóveis, pela construção da rodovia Expressa Sul (“Expresso Sul”, SCSUL ou Avenida Gov. Aderbal Ramos da Silva) que quando terminada em 2004, passou a ligar o centro da cidade ao sul da ilha. As modificações afetaram não apenas o trânsito local, mas toda uma relação espacial que moradores do bairro tinham com o ambiente marinho. A relação entre eles, a pesca, o extrativismo, e mesmo com os resíduos, passou a transformar-se em igual medida - entre a cidade em expansão e as precedentes formas de viver o ambiente.

A sobreposição do aterro acarretou em novas dinâmicas do mar e do “mangue”, assim como do envolvimento humano e animal com eles. Além do aterro, o bairro encontra de um lado a área de proteção ambiental Maciço da Costeira, nos morros, e do outro, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé – a primeira *Resex* marinha do Brasil, estabelecida em 1992 em frente ao manguezal do Rio Tavares pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e extrativistas, que é hoje fiscalizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Logo, pescar, visitar o mar, ou relacionar-se com o ambiente da Costeira significa de alguma forma envolver-se com novas configurações do espaço, nova disposição de atores, além de com novas situações políticas e socioambientais.

Figura 2 - A Costeira do Pirajubáé



As atividades mantidas com relação ao mangue e o mar numa Costeira afastada de sua costa, entre vias urbanas da cidade, águas e bancadas de areia, encontram-se em especial dinâmica de transformação e de negociação - marcadas pelo contato entre sistemas em cujo encontro geram-se diversos resíduos, respectivos às relações que os produzem.

As práticas de pesca na costeira devem ser, portanto, entendidas à suas maneiras especiais. Assim como devem os possíveis “resíduos” decorrentes delas. Da mesma forma deverão “cascalho” do *berbigão* (conchas do molusco *anomalocardia brasiliana*), receber especial

atenção ao longo desta narrativa. O berbigão não apenas serviu como motivação para a implementação da Reserva Extrativista, como norteou essa pesquisa sobre resíduos na Costeira do Pirajubaé. “*Tirar*”, “*extrair*”, “*descascar*” são termos relacionados ao trabalho local com berbigão, e não devem ser *separados* de seus contextos, pois ali sim possibilitam a distinção de pontos de vista formulados sob formas específicas de organizar-se e inserir-se no ambiente.

Figura 3 – Imagem aérea/Croqui



Fonte: Imagem do Google Earth com indicações elaboradas pelo autor.

4 OS RANCHOS E A ORLA DA COSTEIRA

Muito antes de sair a campo eu passava em frente aos “ranchos de pescadores”, pela Expressa Sul, entre a faculdade e minha casa. Eram parte da paisagem, num local de passagem. Os ranchos sempre achei um pouco esquisitos. Conheço outros ranchos de pesca, semelhantes em suas formas, mas em geral ranchos individuais, com expressões singulares. Aqueles ranchos são visualmente iguais uns aos outros, geminados, aplicados ao local numa estética fordista, em sequencia, da mesma madeira marrom acinzentada, com o mesmo telhado. Até mesmo depois de ter ido aos ranchos em que realizei a pesquisa cheguei a visitar o bloco errado de ranchos em outra saída a campo – tão parecidos são. Mas naquela época em que nem mesmo imaginava um dia realizaria essa pesquisa, eu já ouvia algo sobre quem os ocupava. As informações chegavam de forma crítica por parte de colegas e conhecidos: de acordo com essas informações até policiais aposentados ocupávamos abrigos feitos pelo governo para os pescadores, com uso de verba pública. A crítica consistia na observação de mais um caso de desvio de investimentos públicos ao privilégio de particulares e em detrimento do suprimento de necessidades legítimas de uma população pontual. Antes de ir a campo essas características também compunham assim o cenário daquela paisagem, era a imagem que eu tinha sobre os ranchos na Costeira.

De fato, durante o início da pesquisa em campo conheci um pescador dono de rancho, documentado, associado. Contou-me que havia naquela encosta algo em torno de cem ranchos, todavia, não

existiam ali mais que uns vinte e poucos pescadores documentados ou pelo menos formalmente reconhecidos ocupando ou usando ranchos. Quem é que ocupava todos os outros mais de cem ranchos restantes?

Antes de ir a campo, eu achava incoerente e incorreto, moralmente inaceitável e eticamente proibitivo que os ranchos fossem ocupados por seja lá quem não os necessitasse para a pesca. Os interlocutores em campo acabaram por me confirmar que de fato havia ali proprietários dos mais diversos, donos de negócios, donos de mercados, festeiros, policiais aposentados, coronéis... Minha primeira vez nos ranchos me levou a conhecer alguns homens muito bem humorados e simpáticos, em torno de uma mesa simples, sob o telhado estendido a varanda de um rancho, onde se serviam de petiscos, peixe, e cerveja. Foram as primeiras pessoas que vi usando um rancho no bloco aonde cheguei. Puxei assunto, e logo fui convidado a acompanhá-los. Não eram moradores ou proprietários de ranchos, nem pescadores profissionais. Apenas um deles pescava, por *hobby*. Eram pessoas nascidas na Costeira, que viveram a transformação do bairro pelas obras, assim como o período precedente ao aterramento. Viveram até entornos do ano dois mil um estilo de vida à beira mar e tiveram direito de desfrutá-lo cotidianamente. O mar era elemento presente, chegava à rua de acesso principal do bairro, no sopé do morro.

Foi logo no primeiro dia nos ranchos que tive contato com essa perspectiva subjacente à forma como aproveitavam o lugar, o que me levou a repensar o direito ao mar, à beira do mar, e logo também aos ranchos – únicos espaços abrigados localizados em frente ao mar e legitimados pelo Estado. Esses homens iam para o rancho do amigo deles com o pretexto de cozinhar, onde se encontravam, cozinham,

conversavam, e até bebiam cerveja. Um deles disse em tom de brincadeira que hoje nos ranchos só havia cachaça.

Os Ranchos da Costeira do Pirajubaé oferecem abrigo para pessoas e objetos diversos, provindos de diversos locais. Seus proprietários podem ser moradores da Costeira ou não, assim como dos bairros vizinhos e a até mesmo de outras cidades. Alguns são usados como locais de trabalho, outros como casas de veraneio, ou pontos de encontro para refeições entre amigos, familiares, e para festas. São espaços de encontro com o mar. Ali ocorrem conversas, negociações, convívio, devaneios...

Alguns desses ranchos, contudo, pertencem a pescadores. Ali trabalham, guardam seus materiais de pesca, beneficiam seus pescados, e também sociabilizam. Gerber suscitou traços intrínsecos aos ranchos de pesca, extremamente necessários para descrevê-los. Alguns dos elementos ressaltados pela pesquisadora em *Mulheres e o Mar*(GERBER, 2013)fomentaram também o reconhecimento de certos eixos para se compreender na trajetória deste trabalho. Dentre esses elementos nota-se o rancho (de pesca) como espaço de sociabilização, de cozinha, de transformação e de fogo, sendo esse último definitivamente central. Mas a esse assunto voltaremos adiante. Entender os ranchos da costeira e seus movimentos implica também acompanhar os diversos agentes que ali circulam, sociabilizam, suas práticas e formas de relação uns com os outros e com o ambiente.

Para chegar aos ranchos de carro atravessei a rodovia, o estacionamento que o aborda lateralmente (onde geralmente encontra-se estacionado um carro de caldo de cana). Atravessei a ciclovía e uma

curta estrada de terra ladeada por capim e uma lixeira. Escolhi um espaço sombreado para estacionar, não muito visível para não chamar a atenção ao automóvel – a Costeira também carrega algum estigma pela cidade como um bairro potencialmente perigoso. Algumas das árvores que o sombreavam eram frutíferas: aroeiras, goiabeiras... Notei também bananeiras e um pé de leguminosa que subia o pilar de entrada. Entre dois segmentos de ranchos geminados encontra-se um vão central, acesso direto ao longo trapiche de madeira sobre o mar. Meses depois naquele trapiche conheci um homem que me contou ser sua primeira vez ali - não sabia que era um local público - e estava se mudando para um bairro próximo. Tinha passado várias vezes ali em frente quando o vendedor de caldo finalmente explicou que o trapiche era público. Conto essa história porque pode ajudar a ilustrar a sensação de adentrar aquele local. De fato, não me senti “convidado” a passar pelo vão entre os ranchos sem um convite. O fato de ser pesquisador e ter recebido a prévia indicação tanto do pessoal do ICMBio quanto do próprio presidente da Associação Caminho do Berbigão me dava a confiança necessária para fazê-lo. Mas a sensação continuava sendo a de invasão do espaço alheio. No decorrer da pesquisa, em mais de cinco idas aos ranchos, encontrei talvez apenas mais uma pessoa por ali que não pertencesse habitualmente ao movimento local, um fotógrafo aparentemente profissional em busca da paisagem e da singular perspectiva visual da ponte Hercílio Luz. Tenho dito isso para passar alguma noção sobre como pode ser perceptível que os ranchos, mesmo em seus entornos, apresentam traços de apropriação pelos seus proprietários e usuários, e apesar de oficialmente pública, a área é apropriada, aberta, porém conformada às práticas locais:

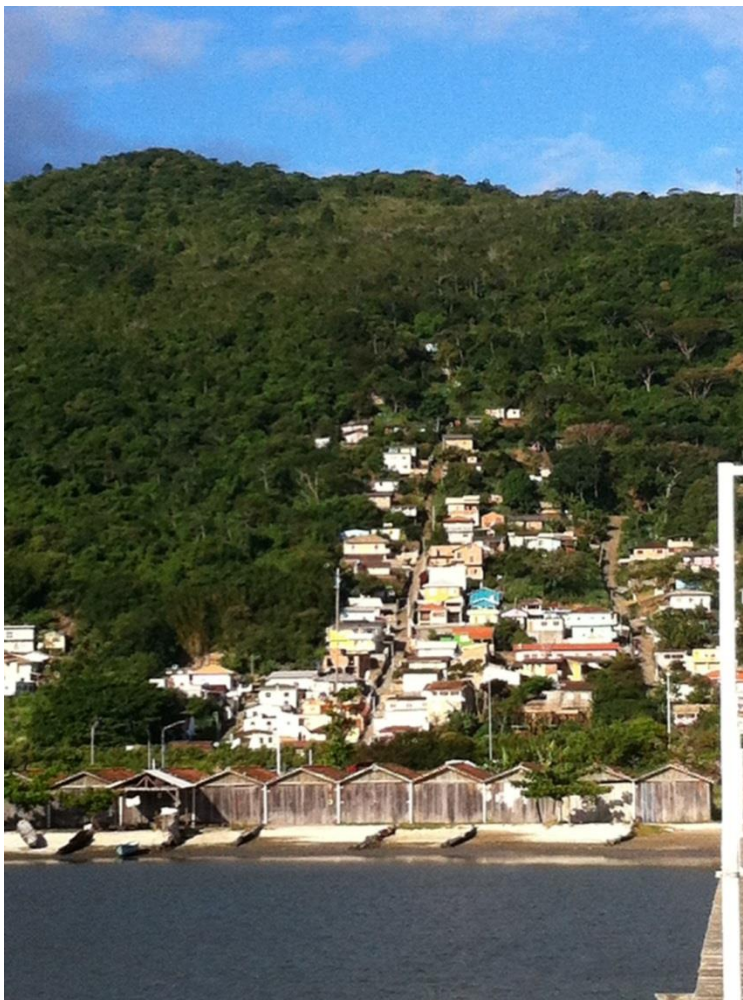
Desde onde estacionei, à praia do outro lado dos ranchos, encontra-se conchas espalhadas pelo chão, barcos sobre a areia, materiais de pesca, boias e redes, cordas, e por vezes peixes residuais à pesca – tipicamente sendo devorados por pássaros. Entre os ranchos e o mar, a pequena praia também pode estar sobreposta por lajes preenchidas por conchas, ou rampas de barco, feitas de cimento ou brita. Onde há areia, há também conchas. Em alguns cantos, capim e até mesmo brotos de mangue. Todas as fachadas dos ranchos apresentam a possibilidade quase total de abertura(até certa altura), são portas, que como o resto da construção, feitas de tábuas de madeira. Dessa forma, os ranchos propriamente ditos estendem-se em maior ou menor proporção às áreas em frente a eles, ao seu entorno, e ao mar, onde também se encontram apoitadas pequenas embarcações.

Em geral, durante minhas visitas ao local, a maioria dos ranchos estava fechada, sem movimento. Mesmo quando abertos, não me parecia aceitável ficar observando a área interna dos ranchos sem o devido convite ou sem pedir licença ao abordar alguém que estivesse ocupado em frente a um deles. A sensação era de estar num local entre o público e o privado. Como veremos no capítulo dedicado ao rancho (*O Rancho*, p. 61), um rancho apresenta-se como local *limite*, uma marca da diversidade de usos da orla, algo entre casa e rua, terra e mar.

Quando me aproximei daqueles primeiros homens que vi nos ranchos, não me deparei com uma situação esperada, de calma e tranquilidade para realizar perguntas ou conversas de forma mais organizada, de preferência com pescadores, proprietários, moradores... Estava, confesso, despreparado para o convite de tomar cerveja junto a

eles ou comer petiscos. Perguntei por algum proprietário de rancho, algum pescador, ou quem quer que haja experimentado profundamente os impactos do aterramento, da relação com a pesca, alguém com quem eu pudesse conversar sobre os resíduos na pesca, sobre o contexto socioambiental enfim. Eles mesmos já tinham um par de nomes para indicar na ponta da língua, pessoas mais velhas, pescadores que gostariam de conversar sobre a vastada experiência por ali. Apontaram-me um barco que chegava do mar. Ao me despedir, convidaram-me a retornar quando quisesse. Além de repensar o direito dos nativos do bairro à beira mar -à qual sempre tiveram esse acesso, mesmo que fosse para tomar cerveja e comer peixe com os amigos - começava uma diluição sobre a imagem estigmatizadas de manezinhos “fechados” e “barristas” que até então permeava meu imaginário de outsider.

Figura 4 - A Costa da Costeira



5 PÁSSAROS E A PESCA

Caminhei até um dos pescadores que chegavam do mar. Ele me estendeu a mão receptivamente e mostrou a caixa de peixes que trazia. Perguntei se eram tainhotas. Confirmou que sim, e que os que tinham manchas amarelas ao lado da cabeça eram paratis, que eram iguais exceto pela mancha. Os outros homens haviam contado que antes do aterro pescavam muito “camarão” e “siri” (nas falas os animais pescados parecem sempre aparecer no singular, como se fossem um indivíduo só, ou uma entidade compartilhada entre os indivíduos. “Camarão”, “peixe”, “siri”... “A tainha passou longe esse ano” é um comentário comum de se ouvir em Florianópolis.). “Tiravam” trinta, quarenta quilos cada um em um dia. Hoje não havia mais, disseram¹⁰. Já esse pescador, de aproximadamente quarenta e cinco anos de idade, afirmou pegar camarão hoje em dia também, embora não sem tamanha abundância: pegou, junto com seu parceiro, cinquenta quilos, só que em uma semana de pesca. Contou que por muito tempo não houve mais camarão, e que agora havia novamente. Mostrou-me um camarão branco de dentro da caixa, explicando que para pegar camarão, tornava-se necessário “segui-lo” de barco jogando a tarrafa, e às vezes precisava *segui-lo* em direção ao mangue. O termo “seguir” lembrou-me Bruno Latour, assim como quando contou que o camarão “pula” durante a fuga. O pescador não apenas coleta algo que está ali estaticamente aguardando, passível. A extração de seres vivos do mar envolve aprender estratégias de

¹⁰ Para conhecer melhor as mudanças nas relações entre moradores, pesca e o mar com a construção do aterro na Costeira do Pirajubaé: LACERDA, Helinton. **Como peixe fora d’água** – Documentário. 2004-2005, disponível em: <<http://vimeo.com/16734761>>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

relacionamento a otimizar a empreitada de captura, assim como o respeito a todos os outros agentes reconhecidos, mais ou menos previsíveis que são. O pescador é alguém que se habitua às características, condições e intempéries dos outros seres e do ambiente compartilhado e coproduzido.

Ademir pegou a tarrafa e caminhou de volta ao mar pra me mostrar como era possível pegar camarão ali. Aquela disposição toda mais uma vez destoava das minhas expectativas. Assim que se aproximou da água, uma cobra “saltou” para a areia, quicando freneticamente em movimentos peristálticos. O pescador continuou entrando na água até que cobrisse seu tornozelo, sem dar atenção ao animal de aparência remosa e cor de areia. Aproximando-me do bicho, perguntei se era perigoso. Era uma “cobra d’água”, o homem respondeu que era fraco de mais para morder, mas se “enrolava bem no cara”.

Em uma tarrafada tirou alguns pequenos peixes e um ou outro camarão branco. Duas garças se aproximaram atentas. Uma delas, com a penugem ouriçada, me chamou a atenção e comentei que era bela. “Tem cada baita!” replicou o pescador concordando. Enquanto desenganchava os pequenos peixes da fina malha da tarrafa, buscavam-nos ao chão de areia as aves com seus bicos. Achei aquilo ótimo para o meu trabalho e terrivelmente diverso das minhas expectativas de inserção “ativa” em campo. Politicamente e tecnicamente me sentia capacitado e imbuído da tarefa de promover uma “melhor” disposição na relação com resíduos provindos da pesca no bairro, assim como sugerido previamente pelo professor de agronomia que me fomentara instaurar sistemas de compostagem entre pescadores do bairro.

Havia em minha frente à clara manifestação mutualística entre o agente humano e os agentes pássaros. Era a primeira observação quanto a confluência de interesses no convívio e “sociabilidade” entre pescadores e aves. Nesse caso, as garças obtinham alimentos frescos sem grandes esforços por um lado, e pelo outro, davam fim aos resíduos da pesca com tarrafa, que costumeiramente captura para além dos ensejados camarões ou peixes suficientemente graúdos para consumo humano.

Perguntei se comiam tudo, se ele não usava os pequenos peixes como iscas. Ele mostrou que “comem tudo”, jogando os peixinhos em direção aos pássaros. Esse é bagre, mostrou o pescador segurando o animalzinho de forma mais cuidadosa – tem esporão (ou espinhas) e esses pássaros não comem. Perguntei se urubus comiam. Ele disse que sim, tanto o urubu quanto o socó comiam.

Não estava vendo nenhum urubu por perto, perguntei se havia. Ele respondeu que sim, bastante, mas vinham mais quando limpavam peixes (e jogavam as entranhas na praia). Apesar do estigma e do problema causado ao tráfego aéreo local, os urubus já não me pareciam necessariamente um problema. Será que *limpeza* no contexto da pesca significa o mesmo que *limpeza* no contexto do aeroporto? Se “limpar” os peixes significava retirar as tripas deles, separando-as da carne que serviria de comida, e depositá-las na praia, o fato de os urubus retirarem aqueles “resíduos” da praia não significaria que a “limpam”? Seriam as aves agentes também da “limpeza”?

Perguntei se por ali faziam outras coisas com os restos, de comida por exemplo. Ademar contou que por vezes *se jogavam* “algumas coisas” no canteiro de trás dos ranchos, perto do salsão, e que de vez em

quando se jogava dentro de um “buracão” (“não tem?”), dizia apontando para o mato próximo à água, depois do último rancho. Adentrar o tema do tratamento e práticas com resíduos de forma declarada poderia soar demasiado “investigativo”. Quase todas as pessoas que conheci nos ranchos em algum momento desconfiaram se eu seria um fiscal ou me perguntou se eu não trabalhava para o ICMBio. Numa das conversas chegaram, após um longo bate papo, a me questionar por uma segunda vez se eu não seria mesmo um agente do ICMBio. O fato de haver ali uma Resex monitorada por esse órgão e ser também atingida por intervenções da vigilância sanitária chegaram a limitar minha fluência entre certos assuntos e formas de pesquisa, e a insistência não me aproximaria dos interlocutores mais do que afastaria a confiabilidade. Ademais, fiquei fascinado e estimulado ao descobrir novos significados nas formas de relações entre aves e pesca. Os resíduos decorrentes dos trabalhos com o mar, as lógicas onde se inserem suas formas de tratamentos, e as aves tomavam assim maior centralidade no percurso de minha pesquisa, enquanto resíduos outros, como os decorrentes da alimentação humana, embora continuasse atento a eles, marginalizavam-se. *Jogar peixes na praia significava ainda sujá-la?*

Um método de aproximação que utilizei aqui e em várias outras circunstâncias foi de perguntar sobre coisas que eu não conhecia bem, e nas quais os interlocutores seriam obviamente peritos. Isso me colocava como “aprendiz” em campo, relevava a importância do conhecimento alheio ao meu, e assim incitava maior confiança no pesquisador, que dali podia ouvir e perguntar, respeitando as opiniões e ensinamentos mostrados. Mais de uma vez isso significou reposicionamentos e

revelações maiores da parte dos interlocutores ao longo de conversas. Minha tarefa ali certamente não era defender a legalização ou proibição de certas práticas, mas observei recorrentemente práticas de certa forma “comuns” aos modos de vida local, que por vezes eram apontadas pelos próprios interlocutores como incoerentes às regras impostas pelo Estado. Algumas delas aparentemente eram realizadas para suprir necessidades óbvias e solucionar problemas práticos. Pode ser destacado dessa “incoerência” o fato de haverem diferentes formas lógicas no sentido de relação com o ambiente. Se por um lado as regras produzidas pelo sistema estatal de ordenamento das práticas, as relações locais podem aparentar como “poluentes” ou simplesmente incorretas, é pelo ponto de vista de um observador inserido em um sistema que se depara a uma forma contraventora a sua ordem nos modos de relação com o ambiente. Essas regras indicam um sistema de ordenamento das relações locais, onde a *sujeira* decorre das práticas que aparecem como *ameaça* a essa *ordem*. O que não está claro desde aquela perspectiva, é que nessas práticas há outra ordem de relações. Tanto a sujeira quanto a limpeza são outras nesse sistema local de ordenamento e relações com o ambiente.

Prosegui no fluxo confortável à interlocução com o pescador, deixando-o a vontade para contar mais sobre suas práticas ali. Ele morava no Campeche, um bairro do outro lado da ilha de Florianópolis, e ia para a Costeira trabalhar. Perguntei se me ensinaria a jogar a tarrafa, mas ele argumentou que a que tinha era muito difícil de jogar e se rasgava com facilidade, mostrou-me a malha especialmente miúda dizendo que era ele mesmo que a consertava – tarefa trabalhosa. Seu

material ficava no rancho de seu “amigo”, o companheiro de pesca que me indicaram a conversar mais cedo naquele dia.

Esse último, conheci em outro dia de campo. Foi durante um dia que eu conversava com outras pessoas e comecei a reparar mais nas aves do local, tirando fotos das que estavam em torno de um homem que tarrafeava no trapiche, das que sobrevoavam os ranchos, das pousadas ao longo da praia. No caminho de volta ao estacionamento notei pássaros de várias espécies diferentes agrupadas à beira da água comendo peixes em frente a um dos ranchos, sob uma árvore onde se encontravam diversos utensílios de pesca, redes e boias dependuradas. Aproximei-me para tirar fotos, e notei que o rancho se encontrava aberto. Cumprimentei o pescador e pedi licença para continuar. Era Saulo, quem haviam me indicado os primeiros homens que conheci nos ranchos para conversar, e parceiro de pesca de Ademir. Notando meu interesse nos pássaros me indicou simpaticamente as espécies presentes em frente ao seu rancho: gaivota, socó, maçarico, garça, urubu...

Perguntei se ali havia bastante urubu. Ele respondeu que não muito, que urubu come mais é carniça mesmo, “eles vem é quando estão com fome mesmo” (os peixes prateados sobre a areia eram realmente miúdos), “Quando a gente pega peixe pra filé, joga carcaça, eles vem... Outros pássaros também. Agora é época de camarão.”. Estávamos em março. Perguntei a Saulo quais os tipos de peixe que pescava por ali. Bem humorado, mencionou alguns: Parati, corvina, pescada... “A rede é feiticeira! Bateu ali, danou-se”, ria-se. Apontou duas pequenas garças brigando entre si. Outras duas aves de diferentes espécies também disputavam. Diante da abundância de alimento, de tantos pequenos

peixes dispostos sobre a praia, comentei que brigavam mesmo havendo comida para todos. Saulo, com seu bigode à face, divertiu-se mais uma vez: “é a natureza.”, e continuou, “tem pra todos, quando acaba ali, eles pegam o que está aqui pra cima”, indicando os peixes mais próximos ao rancho. “Todo dia eles tão aí... Chega fresquinho né?!”. Enquanto os pássaros se alimentavam, “limpavam” a praia e o espaço dos ranchos. Esse subproduto, o resíduo da pesca, acabava assim por associar por livre escolha e facilidades, humanos e não humanos numa relação de benefício mútuo e até de “camaradagem”. Os pequenos peixes mortos pela pesca artesanal com a rede de Saulo não eram desperdiçados, tornavam-se alimentos para as aves, não resíduos.

A grande maioria da população humana encontra-se habitando as encostas do mar, e não o interior dos continentes. Uma parcela considerável ao redor do globo terrestre vive direta ou indiretamente da pesca. Saulo me informava de que diariamente provia comida aos pássaros. Será que tanto aquelas aves quanto aqueles pescadores fazem parte de uma “sociedade” pesqueira? Será que existem pescadores sem aves? Há quanto tempo remonta essa relação entre pescadores e aves na história da humanidade? Será que os povos dos sambaquis viveram relação semelhante? (Seria possível compreender suas formas de organização e sociabilidade e seus sistemas de “gestão” residual sem incorporar aves ao tema?).

Perguntei a Saulo se os restos de comida os pássaros também comiam. Ele respondeu que jogava em sacos de lixo, como aquele pendurado no lado interno da porta de seu rancho, um saco plástico preto, desses vendidos em mercados para essa finalidade, e que colocava depois atrás dos ranchos, para a “coleta” (Comcap). “Peixe, tudo que é

do mar a gente *bota* aqui, eles comem tudo.”, “aqui” referia-se à praia em frente ao rancho, e “eles” referia os pássaros.

Figura 5 - Pássaros e a pesca



“Você já pegou uma do João Grandão?” (uma foto, perguntava Saulo), “tá vendo

aquela garça?”, indicou uma garça de porte médio a alto, “dá duas dela”. Pelo que explicou em seguir João Grandão era um indivíduo, uma ave que ia ali comer todos os dias. Semelhante a um socó, mas muito maior. “Você vai ver ele... Mais tarde ele aparece.”

Aquele momento relacionava-se ao que Rose Gerber observara em sua própria pesquisa sobre a pesca em Santa Catarina:

Há pequenos animais, como cachorros, gatos, garças, que fazem parte do cotidiano da pesca e aonde seus donos ou donas vão, eles estão juntos,

cruzando caminho, se metendo na frente, no meio, bisbilhotando, cheirando, rosnando, espreitando para ver se ganham algum naco de comida. É assim com Marjorié, a cadelinha de Mãezinha; Tico, o gato de sua filha; Tuco, o cachorrinho de dona Iliete; Sara, a garça-amiga de Neneca que aparecia sempre que os peixes estão sendo limpos, e que, quando não ia, era lembrada: o que será que aconteceu com Sara que hoje não veio? Por outro lado, havia bichos que nunca eram convidados, mas que sempre apareciam nos momentos em que a fartura das vísceras era denunciada quando pescadores ou pescadoras iam jogar no mar os restos 247 que não seriam aproveitados após a limpeza do pescado. O que ocorria poderia ser definido como uma junção de festa com briga e competição entre gaivotas, urubus, garças, mas principalmente entre os primeiros em que a algazarra ganhava decibéis que faziam por vezes doer os ouvidos.

Como numa espécie de dança, as gaivotas que tinham acabado de engalfinhar um naco de peixe imediatamente se viam seguidas por outras que cismavam em pegar justamente aquele pedaço. Em movimentos para frente ou para trás, para o lado direito ou esquerdo cada qual tentava se livrar da concorrente até conseguir, em um movimento certo, sair correndo com o petisco enquanto a que perdeu aguçava mais ainda seus grunhidos estridentes. Os urubus não faziam tanta algazarra. Concentravam-se no pedaço de comida, objeto de disputa, com as asas abertas em ‘v’ enquanto os movimentos das pernas acompanhavam a concentração dos olhos fixos nas vísceras e nos restos de peixe ou outro crustáceo que fora jogado fora. A bicharada percebia que algo estava para acontecer quando o movimento, geralmente feito com um carrinho de mão, que era conduzido até a beira do mar, começava. Como que disfarçando um do outro, começavam lentamente a se aproximar do local- espaço do banquete e, de repente, quase ao mesmo instante em que o pescador ou a pescadora virava o carrinho, o alarde se fazia num unísono: uéquéquéquéqué!!!!

[...] Foi possível observar uma relação muito próxima entre os pescadores e pescadoras e os animais que circulavam em suas casas ou na própria praia em que mesmo aqueles que não seriam, em princípio, animais de estimação, eram tratados como parte da família ou merecedores de atenção. Em alguns momentos, eram tratados de uma forma tão próxima e carinhosa que beirava uma relação humano/humano¹⁶⁶. Segundo um dos pescadores com os quais convivi, todas as criaturas tem direito a comer. De acordo com ele, isso está ficando cada vez mais difícil com o que definiu como sendo a neurose do plástico. Ou seja, a Vigilância Sanitária prescreve a limpeza total do ambiente¹⁶⁷ da praia com tudo sendo embalado em sacos de plástico, imediatamente após a seleção e limpeza dos pescados. Para o referido pescador, isso é um absurdo, pois até as gaivotas estão ficando raquíticas, sem força para levantar voo devido à falta de comida. E isso, diz ele, é culpa dos turistas, que querem tudo limpinho. Em suas palavras: “Até as gaivotas estão fracas. Podes ver, olha lá: coitadas! Não tem força nem para levantar voo; estão ficando raquíticas. Agora a prefeitura vem obrigando a gente a limpar tudo, ensacar tudo em saco plástico, onde já se viu? Coitadinhas das gaivotas! E a culpa é dos turistas que querem a praia toda limpinha; os neuróticos com limpeza. É a neurose do plástico. Coitadinhas! Eu dou comida mesmo. Todos têm o direito de comer. Porque elas não teriam?” (João, Pântano do Sul, Florianópolis).

Havia o questionamento e ao mesmo tempo a ponderação que dizia respeito à diferentes concepções de limpeza. Por um lado, aquela que o pescador entendia que poderia ser mantida tendo em vista postular-se por uma ética da relação com os bichos frente àquela com as quais se depara quando os órgãos públicos exigem o cumprimento do que diz respeito a seguir os preceitos da legislação sanitária. Enquanto os moldes técnicos-sanitários preconizam a limpeza e higienização total da praia, o pescador se guia por preceitos que

querem dar conta do pressuposto de que todos os seres tem direito à alimentação, inclusive as gaiivotas.” (GERBER, 2013, p. 246-249).

Por vezes a intervenção *sanitarista* ao tentar solucionar “*problemas*” decorrentes da *sujeira* que encontra, sem que intencione, *produz lixo* onde até então não necessariamente havia. A *sujeira* encontrada está nos olhos de quem a vê. Assim é o caso da política que obriga pescadores a ensacarem os restos da limpeza de peixes em sacolas plásticas e destinarem-nas à coleta municipal. A partir de uma perspectiva de pescadores, deixar a “carcaça” e vísceras de peixe para as garças e urubus não é produzir sujeira senão *alimentar* esses *pássaros*. De um ponto de vista ecologista se quisermos, a partir do momento que os restos são ensacados, *tirados* de seu contexto se transformam, aí sim, em *lixo*.

Em algum momento da conversa com Saulo resolvi apresentar-me melhor: “Venho pesquisar...”, “É”, interrompeu-me o pescador, “ele falou”, referindo-se ao então ausente Ademir. “Pode vim, não tem problema, aqui a gente é tudo pescador mesmo, não tem pra onde correr...”, concluiu com tranquila receptividade, convidativo.

Algumas semanas depois desse dia, encontrava-me embarcado na lagoa, por motivos recreativos, e tive uma longa conversa e aula sobre o mar e a pesca com o conhecido marinheiro e pescador que manejava o timão. Quando desaguamos do canal da Barra da Lagoa ao mar, ele me apontou aves que sobrevoavam a água um par de quilômetros dali: “Tá vendo os passarinhos? A Gente chama de passarinho... é fura-bolo”, e citou mais uma ou outra espécie que também se aglomeravam em uma pequena área sobre o mar. Ramon me contou que ali havia peixes bons para a pesca, pois havia peixes pequenos (que aves de bico pequeno

como as fura-bolo são capazes de abocanhar), e que portanto haveria peixes maiores que ali estariam se alimentado dos menores. Isso me dizia que até mesmo para localizar peixes (sem contar com sonares eletrônicos), os pescadores recorriam às aves.

No caminho de volta à Lagoa da Conceição aponte para uma ave para puxar assunto mais uma vez, perguntando se era um socó. Ramon confirmou (e eu me entusiasmei pois estava realmente aprendendo nomes de espécies que não conhecia), acrescentou que os “pintadinhos” era chamados socó-boi. Perguntei então se ali havia um “João Grandão”, e expliquei que era como um socó bem grande. Ele respondeu que sim, que havia um desses, que ali na Barra da Lagoa (onde morava e trabalhava) chamavam-no de “Danilo”. “É um pássaro muito sociável”, acrescentou. Um pássaro *sociável*, reconhecido entre pescadores por nome de gente... Isso definitivamente levantou o astral de minha pesquisa, e poderia apostar que tanto Tim Ingold quanto Latour apreciariam a ilustração de suas teorias pela história de Danilo e de João Grandão – Não humanos bastantes “sociáveis”, ainda por cima com nomes de gente! A pesca, o mar e peixes *mediam* essa relação social, por assim dizer, de “camaradagem”.

Ramon continuou me falando das aves que ali viviam, por exemplo das que “roubavam” camarão das caixas dos pescadores. Ouvi inclusive, de um amigo biólogo, que algumas aves marinhas, a exemplo o albatroz, não conseguem mergulhar para “pescar”, e que portanto vivem de “furtos” das conquistas alheias, tanto de outras aves, como de pescadores humanos. Esse não pareceu ser o caso de João Grandão ou

do “muito sociável” Danilo, sobre quem falaram Saulo e Ramón como se fossem camaradas e “*queridos*”.

Também perguntei a Saulo sobre as conchas espalhadas pela areia, na frente de alguns ranchos mais acumuladas do que em frente a outros. Quem as espalhara por ali? Saulo não pareceu acreditar que “alguém” o espalhara propositadamente. As conchas eram de berbigão, conhecidas ali como “casaca” ou “cascalho”. O pescador indicou um rapaz que “tirava” (trabalhava extraíndo berbigão) em uma das extremidades do bloco de ranchos. “Espalhou... encaixou”, continuou explicando, como se fosse não fruto de ação humana, mas de uma espécie de funcionamento ao acaso e não premeditado, um movimento digamos “natural”. Essa era mais uma pista sobre a dinâmica local entre os agentes do ambiente. As ações da maré e a dinâmica do mar e mangue espalham os cascalhos interconectam assim, por suas próprias vias, a relação entre tantos usuários dos ranchos com o trabalho com berbigão.

6 O BERBIGÃO

Em frente a outro rancho conheci Leonardo e Joelma, um casal na faixa dos trinta, quarenta anos de idade. Os ranchos próximos estavam fechados e eles conversavam agitadamente entre si. A cena era bastante fotogênica e me remetia ao imaginário de “povos tradicionais”: A beira-mar, uma praia coberta por conchas claras e esbranquiçadas, o homem chacoalhava uma espécie de peneira retangular pendurada ao teto à extremidade externa do rancho de madeira. Chacoalhavam na peneira centenas de conchas fechadas, de conteúdo aparentemente carnudo e vigoroso. Aquilo era muito belo, digno de filmagens ou fotografias. Da peneira caíam outras tantas conchas, abertas, vazias, sem conteúdo vivo. Derramava-se ao chão cascalho e permanecia na peneira o berbigão. Atrás do homem trabalhava uma mulher, entre matérias de pesca, utensílios, fotos dependuradas pelo interior do rancho. De lá ela entrava e saía, com suas botas pretas de borracha, carregando baldes e mangueira. Cessou a conversa quando pedi licença.

Marido e mulher trabalhavam no “beneficiamento” do berbigão que Leonardo havia “tirado” mais cedo. Mais tarde venderiam a carne de berbigão em sacos a quinze reais cada para uma peixaria do bairro, do outro lado do aterramento e da Expressa Sul, no sopé do morro da Costeira. Levariam o produto de carro no trajeto de volta a casa, um pouco mais acima no morro, já perto do bairro Saco dos Limões. O irmão de Leonardo estava no mar naquele momento tirando berbigão. Ao me apresentar como pesquisador, deslançaram a falar dos muitos problemas político-sociais que viviam nos ranchos: relações conflituosas

entre as necessidades do trabalho e as imposições à Resex, formas destoantes no uso dos ranchos, contradições políticas, entre outras. Foram falas com tanto conteúdo, que saí dali em dúvida sobre por onde seguiria meu trabalho. Embora nem todas as informações se relacionassem diretamente aos resíduos ou a pesca, carregavam em si conteúdo sobre do que afinal se tratava a experiência de vida nos ranchos, somando agentes e questões pertinentes à pesquisa.

Se isolar as práticas com resíduos em meio a tantas descobertas demonstrava-se uma pretensão demasiado complicada, talvez fosse porque é a própria concepção que se tem de “resíduo” que tende a isolá-lo de todas as outras atividades. No trabalho com a pesca e com o berbigão, os restos podem ser acessados tão somente em meio ao cotidiano, nos processos de *limpar*, beneficiar, entre outros, onde mesmo assim, não necessariamente são entendidos ou tratados como resíduos. A ideia de “lixo” ficou assim nas conversas que tive ao longo do campo mais ou menos restrita aos restos de que eram separados em sacos plásticos e destinados a “coleta”, na caçamba aos fundos dos ranchos, de onde a Comcap os levaria embora.

O fato de haver uma Resex abrangendo a área de trabalho e “extrativismo” coloca pescadores em contato com uma interface de jurisprudência e regras diferenciadas ao local e formas tecnicamente definidas como mais ou menos “corretas” de interagir e “conservar” o ambiente. Existem além de tudo noções de formas “legais” ou “ilegais” de interação com o meio – coisas que se “pode” fazer e outras que não se “pode” fazer. Também há relação com o órgão fiscalizador do ICMBio - contatos de negociações assim como de tensões, para além da compatibilidade e mesmo da dependência entre os atores. Leonardo

tinha diversos documentos exigidos à legalidade, fez questão de mencionar alguns, como o que o caracterizava como pescador profissional. Era também um dos associados à Associação Caminho do Berbigão, uma instância social politicamente voltada às questões de interesse e necessidades dos pescadores que trabalham com berbigão na Resex do Pirajubaé.

No discurso apresentado, o ICMBio funcionava de formas por vezes inescrupulosas. Isso é, certos trabalhadores do órgão aplicavam multas a situações de trabalho por vezes de forma desmedida e arbitrária. Da mesma forma, deixavam de fiscalizar, multar ou mesmo de formular multas direcionadas a situações e práticas predatórias e incoerentes com a dinâmica do extrativismo e da pesca artesanal. Os benefícios da relação com o ICMBio, dizia Leonardo, eram poucos. Não apenas ele e Joelma indicaram a aquisição de alguns materiais de trabalho por via da Resex como talvez o único dos benefícios: outros interlocutores que trabalham com berbigão viriam a me afirmar o mesmo. Lembravam inclusive o nome da mulher que os ajudara daquela forma, Juliana, que trabalhou com o ICMBio durante algum tempo, conseguiu aos associados botas de borracha, “roupas de surfista”(de *neoprene*, contra o frio), e ganchos de metal inoxidável. Os “ganchos” são as ferramentas utilizadas para extração do berbigão. Contudo, o gancho de ferro havia sido proibido, e segundo o casal seria mais adequado para tirar berbigão - sem que capturasse os indivíduos pequenos de mais - por sua qualidade plástica “trabalhar” melhor, e assim deixar os moluscos menores passarem pela malha do gancho. O inoxidável captura berbigões menores do que os de dez milímetros

acima do qual a extração é permitida. Isso, segundo alguns extrativistas, os coloca na “saia justa” entre usar o material disponibilizado e ficar a mercê de fiscalizações por parte do mesmo órgão que o forneceu.

Para Leonardo, “esse pessoal”(incluindo ai a pesquisadores como eu) “sempre ia lá”, mas “*outra coisa* não tinha – a *prática*”. Disse-me isso apontando para a peneira. “É outra história”. Também me disse que a rede especial para pesca de camarão (rede de arrasto do camarão) ali não podia usar, por ser considerada “predadora”. A rede arrasta no fundo do mar e direciona os camarões e peixes para um compartimento no topo da rede, de onde não conseguem sair, mas de onde, argumentava Leonardo, os pescadores podem selecionar os peixes que vinham *junto*, devolvendo-os ao mar sem danos físicos. No entanto, a tarrafa é permitida, explicava o pescador, e o peixe que nela se engancha, se o puxa para um lado rasga a rede, e para o outro, acaba por matar o peixe. Como Ingold defende, “todo ser humano é um centro de percepção e agência” (INGOLD, 2010, p.7), e é num processo de “*enskilment*” e “*habilitação*”, ou seja, da experiência num “campo de prática” que o ser humano toma conhecimento do mundo. Entender profundamente a lógica na qual se situa Leonardo e suas práticas implicaria necessariamente em viver ao seu modo. Se a estratégia do IBAMA é de proibir certos instrumentos, é na prática que se desenvolvem táticas de usos dos instrumentos.

Utilizar pedaços de madeira para “arrastar” embarcações pela areia é uma pratica comum por ali. São alguns poucos tocos de madeira revezados à frente e sob os barcos (para diminuir o atrito) e possibilitar a locomoção sobre a superfície do solo seco. Retirar essa madeira do manguezal, que seria fonte abundante e acessível de madeira no local,

hoje é proibido, um crime. Torna-se necessário trazer o material *de fora*. “Se a gente tira madeira do mangue pra fazer isso aqui (Figura 5), não pode. Agora pensa quantas árvores não cortaram pra fazer a estrada pro aeroporto?!”, Leonardo não escondia o tom de indignação, e concluiu como quem estivesse acostumado: “É gente com dinheiro... a corda sempre arrebenta do lado mais fraco...”. Relacionando sua necessidade de obter madeira ao caminho sobre o qual se constrói a obra de alargamento da estrada, entre a cidade e o aeroporto, mostra-se no ponto de vista do extrativista uma clara incoerência entre o que está imposto sobre suas práticas e o que é praticado e defendido pelo próprio Estado. Se o manguezal é tratado pelo poder público como “reserva”, é também tratado como uma espécie de obstáculo entre a cidade e o céu.

Figura 6 - Madeira de fora



O casal tinha muito a dizer, suscitavam questões relevantes às contradições entre imposições, regras e formas de interação entre o Estado e os conviveres da Resex. Falaram sobre a sede, que chamavam de “casa” ou mais jocosamente como fez Joelma, “mansão de frente pro

mar” que o ICMBio estivera construindo ali do lado dos ranchos. Pessoalmente, vi a obra, e posso afirmar que há mangue bem em frente. A obra fora embargada pela prefeitura e assim permanece. Há, no entanto, segundo proprietários dos ranchos e outros usuários e pescadores, que atentam relevantemente a questão, uma disputa judicial para que a obra continue e torne-se de fato a nova sede da Resex, que atualmente está locada no morro- do outro lado do aterro e da rodovia. Boa parte do material de construção da nova sede fora levado embora, aproveitado por quem por ali circula. Ao longo da pesquisa fui informado de que algumas pessoas venderam e outras se apropriaram do material para subsidiar suas próprias necessidades obreiras. Ouvi inclusive um argumento de que se permanecesse ali do jeito que estava a “carcaça apodreceria”.

Apesar dos pontos negativos sobre haver um órgão como o ICMBio por ali, a relação também poderia ser proveitosa. O número de associados autorizados a extrair berbigão na Resex é bastante pequeno com relação ao número de ranchos e mesmo com o número de pescadores documentadamente associados. Aparentemente, entre esses uma parcela mínima realmente trabalha com berbigão como forma principal de subsistência. Apesar disso, existem pessoas não autorizadas que tiram berbigão, e também que não respeitam as áreas planejadamente dispostas e organizadas pela Resex para que a extração se dê de forma “sustentável”, respeitando o ciclo de reprodução e defesa do berbigão. Nesse caso, faltaria por parte do ICMBio, um controle maior dessa prática, quando prejudicial aos associados. Se bem me recordei entre a conversa e as anotações no caderno de campo, a área

da Resex delimita-se a partir de cinquenta metros da praia onde nos encontrávamos. Os extrativistas podiam trabalhar de forma revezada entre dois blocos, “Bloco A” e “Bloco B”, restritos cada uma cinquenta por cento das bancadas de areia circunscritas pela Resex. Naquele período restava uma parcela de por volta de vinte e cinco por cento da área total dos bancos de areia para a extração do berbigão. Dias da semana específicos e até mesmo os horários do dia foram estipulados na regulamentação do trabalho a ser estimado “adequado”. Mesmo assim essas regras nem sempre são respeitadas, tanto por quem não está autorizado ao extrativismo quanto por quem está. Apesar das regras defendidas pelo ICMBio nem sempre estarem de acordo com as lógicas de organização entre os trabalhadores com berbigão, enquanto extrativistas, houve algum diálogo com o IBAMA na formulação das formas de usos daquela orla.

Perguntei a Leonardo se a Associação Caminho do Berbigão não resolveria isso...Com olhar de absoluta negação, ele respondeu que “nada daquilo” ajudava, (referia-se às instituições e organizações políticas sobre as quais falávamos), e lembrou que a única pessoa que ajudou de fato fora a tal Tatiana, que por via do ICMBio providenciara aquele material de trabalho. Argumentou sobre a ineficiência das associações, sobre as modificações que não eram feitas - por não haver vontade suficiente, ou talvez por serem “burros mesmo!”. A exaltação no tom de voz de Leonardo revelava sua indignação e talvez decepção com relação a essas questões. Em determinado momento da conversa, Joelma silenciou e passou apenas a abanar negativamente a cabeça enfatizando o posicionamento e delações do marido. Ao final da conversa, frasearam: “Desculpa o desabafo, a gente sabe que vocês não

podem fazer nada, mas quando vem, a gente fala mesmo - desabafa mesmo.”. (Mas antes disso, no meio da conversa, Joelma me perguntou por uma segunda vez se eu não trabalhava *mesmo* pro ICMBio. “Não”, respondeu Leonardo, “ele é da UFSC”). Achei interessante o fato de servir como pesquisador a certo “desabafo” ou até mesmo “descarrego” às tensões sociais e políticas acumuladas. Até hoje não bateu nenhum pesquisador, agente do governo ou universitário à minha porta perguntando “como andam as coisas por aqui?”. Quem sabe pesquisas e seus resultados possam realmente traduzir e transportar informações úteis, comunicando partes e interesses diversos, subsidiando informação a projetos, formulando pontes de comunicação mais adequadas a um poder público interessado em intervenções responsáveis, por exemplo, ecologicamente fundamentadas... Em outras palavras, como poderia um pesquisador traduzir as práticas e demandas dessas pessoas para o outro lado da “lente” imperativa da legislação? Com dignidade, talvez até convivência, aos variados sistemas de relações com o ambiente, respeitando a autonomia e os rumos na interação entre tantos outros agentes envolvidos? Ou seria isso perigoso? Um risco a um sistema orgânico total e integrado, onde absolutamente *todos* os atores estão envolvidos diretamente e ao qual dependem da “boa ordem” de funcionamento para continuarem existindo – ameaçada por outras? E mais pontualmente, como poderia alguém compreender os possíveis desdobramentos da inserção de novas práticas a sistemas lógicos de organização e relações específicas de forma que essas, no caso de aplicadas, não comprometessem o ambiente em sua dinâmica particular de funcionamento?

Joelma e especialmente Leonardo tinham posicionamentos e dados para subsidia-los na ponta da língua na defesa de seus próprios pontos de vista. Argumentavam usando números, e informações, por vezes detalhes que não fui capaz de absorver na memória até me encontrar com as páginas do caderno de campo, e que possivelmente não surgiriam à presença de um microfone ou câmera de vídeo. Falaram que apesar dos aproximadamente cem ranchos da Costeira, o número de pescadores cadastrados e documentados era algo em torno de vinte e cinco (sabiam os números exatos, mas esses foram os não exatos, aproximações estipuladas aos fragmentos da memória). Ou seja, o número de proprietários de ranchos “de pesca” naquela orla, explicavam, ranchos oficialmente construídos pelo governo com o intuito de servir aos pescadores, estariam – isso sim recordo bem – ocupados em sua maioria absoluta, por pessoas que não foram reconhecidas como pescadoras, oficialmente, ou que não são pescadoras, e que no entanto obtiveram de alguma forma propriedade dos ranchos.

Há ranchos, que inicialmente “dados” pela prefeitura, já foram vendidos, revendidos, e “passados” quinze vezes. Leonardo, que era pescador, tinha que dividir metade de um rancho com seu irmão. Livrara-se de redes de pesca e outros materiais (assim como deixara de certas práticas pesqueiras) por falta de espaço no rancho, dizia. Mostrou-me a foto com a imagem de seu barco que, no entanto ainda possuía a parede. Eram tantas informações, e continham vigor e relevância política, e eu concluía em voz alta: “nossa, quanta coisa para pesquisar!”. Diante de um campo tão fértil para pesquisas nas ciências sociais, lembrei que dentre toda a lista de artigos publicados

relacionados àquela Resex (a mim disponibilizados por um profissional do ICMBio) eu estaria realizando possivelmente uma das primeiras pesquisas voltadas pras questões “sociais”, e não a espécie do manguezal isoladamente ou (dos quais a maioria dos artigos, dezenas, inclusive internacionais), sobre o molusco *anomalocardia brasiliana*.

Leonardo falou sobre seu desejo e necessidade de construir um banheiro nos fundos do rancho, argumentando que para os tantos ranchos do bloco havia apenas um banheiro. Mas fazer um novo banheiro era proibido, uma fossa com sumidouro também. O banheiro comunitário era unissex, e à noite também era usado por usuários de drogas, ali já encontraram “de tudo”, camisinhas, seringas, e que era portanto inadequado para sua esposa, além de para outras mulheres. Quando chegava do mar e queria usá-lo ou tomar um banho era comum que estivesse ocupado, ou por vezes poderia encontrá-lo em um estado inadequado para uso. Contou que algumas pessoas poderiam justificar assim a prática de defecar em sacolas plásticas e arremessa-las no mangue. “Quer que eu faça o quê, leve pra casa?”, figurava em tom jocoso. De fato, há ai uma contradição entre as imposições estatais, que com fins sanitaristas proíbem a construção de fossa com sumidouro ou qualquer construção para além da providenciada pela prefeitura inicialmente, e as necessidades talvez óbvias das pessoas que ali trabalham ou vivem. Alguns usuários e donos de ranchos se juntaram para ampliar o banheiro existente, com intuito de criar uma ala feminina. Não recorro se a obra foi concluída ou embargada, mas um dos donos de rancho mais próximo ao banheiro acabou mais ou menos “incorporando” o mesmo ao seu rancho, tratando-lhe sob seus cuidados

e auspícios. “Pelo menos agora não tem drogado, eles vão ali na sede do ICMBio embargada”, concluiu Leonardo, que também manifestava o desejo de um dia vender seu rancho e comprar outro maior, talvez um que tivesse o próprio banheiro.

Alguns donos de ranchos utilizam-no para fazer festas, jogam lixo pelo local, inclusive no mato ao lado (próximo do mangue e da beira do mar). Fogões, sofás, geladeiras, televisões... Leonardo já tirou muitas coisas dali. Junto a seu pai, fizeram até uma placa que dizia para não jogar lixo naquele local, o que não surtiu o efeito desejado. Apesar das destoantes formas de se relacionar com os ranchos, certo respeito pareceu-me prevalecer entre o casal e os outros frequentadores. Apesar das diferenças, não havia iniciativas entre eles para discutir essas questões levantadas, por exemplo, quanto a disposição de lixo no local. “Também não queremos arrumar confusão.”, afirmou o homem.

Com relação ao meu interesse e recorrentes perguntas sobre o lixo, Leonardo disse que “separava” numa sacolinha de lixo ali atrás, ao fundo do rancho, depois colocava atrás dos ranchos para a Comcap buscar. Esse lixo incluía o resto de comida, “se me perguntasse isso em casa”, riu, “aproveito tudo: dou pro cachorro comer...falo brincando.”.

Segurando um berbigão, perguntei se era possível abri-lo com as mãos. Leonardo deu risada. Acho que a pergunta ajudou a explicar minha condição de total novato por ali, reafirmando minha posição como “aprendiz” ou alguém a quem não se deve temer... (Quando perguntei se poderia retornar para tirar fotos ou filmar, demonstrando interesse pelo cenário e pela peneira cheia de berbigão, Joelma interveio, perguntando se eu era do ICMBio, mesmo depois de ter me apresentado como estudante fazendo pesquisa). Mesmo a posição de estudante

universitário não me eximia de certos receios. Pesquisadores de uma universidade de outro município de Santa Catarina envolveram-se em pesquisas na Resex do Pirajubaé, e segundo Leonardo alegaram terem plantado mangue onde na verdade crescera por si, (“e quando o pescador diz que plantou mangue, chamam de mentiroso”). Ainda por cima, contou, quando fizeram a pesquisa nos bancos de areia, deixaram para trás matérias, bambus entre outras “coisas” que ele próprio teve que tirar.

Figura 7 - Jovens mangues



Todas as questões, formas de organização e interação entre agentes que surgiam nessa conversa agregavam-se assim às minhas observações e anotações sobre como aquelas relações se interconectavam e compunham o ambiente. Os ranchos como local de sociabilidade e até a sociabilidade “dos” ranchos condicionava minha pesquisa, levava-me a conhecer formas distintas de relação com o ambiente. Por esse processo de interação em campo tomava desta forma consistência corpórea a própria pesquisa, ganhava substância, e encontrava caminhos. Para além das realidades vividas no rancho, pautada por interlocutores e acessíveis de certa forma pelos discursos e práticas, aparecia a própria sociabilidade como lugar ou local. Entre as diferentes lógicas, seja com o lixo pelos ranchos, com o mangue, com o mar e a Resex, com a estrutura física dos ranchos, as então diferentes práticas compunham um ambiente multifacetado, multifacetado às diversas “trajetórias” com os ranchos. O ambiente tornava-se um lugar de relações. Mas minha atenção como pesquisador não poderia desfocar-se suficientemente para abranger com nitidez tantos caminhos e pistas, nem de seguir todas essa riqueza de informações pulverizada na conversa com alguns dos agentes dos ranchos.

Compor um quadro capaz de retratar e traduzir tantas formas de relações e sistemas de organização, entre os variados agentes e perspectivas, seria uma tarefa em verdade a ser empreitada tanto por vários pesquisadores quanto de forma multidisciplinar. O que caberia a eu realizar com algum êxito seria reconhecer que há, para além de uma lógica hegemônica, normativa ou mesmo da técnica, outras formas de se organizar socialmente e para com as relações ambientais, incluindo agentes não humanos. Para que o resultado da pesquisa adquirisse

alguma consistência referível a essa trama de relações e sistemas, caberia seguir ao menos uma de suas linhas, e a pista que a percorreria, de uma ponta até outras, era o berbigão, o cascalho, e seus diversos usos.

Entre as conchas e berbigão que restavam na peneira, havia um tipo de molusco que destoava aos meus olhos. Não era ostra, tampouco um caramujo. Ao questionar se eram comestíveis Leonardo respondeu que sim, e abriu uma mostrando que estava morta. Chamam-na de “grelhuda” ou “mijona”, pois além da aparência, quando está sob a água e semienterrada na areia, esguicha um jato de água para cima. Apresentou-me então o “caramujo”, que perguntei se não seria o tal venenoso, e o que faziam com aquilo. Mais uma vez sorridente, o homem respondeu: “Comemos”.

O berbigão da peneira continua então pela etapa de “beneficiamento”, que buscarei explorar mais adiante. Desse processo sai principalmente o berbigão direcionado como alimento, e suas conchas, o cascalho, que é diferenciado entre “limpo” e “sujo”. O limpo é resultado de etapas mais avançadas do beneficiamento, enquanto que o sujo era justamente aquele que passava pela peneira e caía sobre o solo em frente ao rancho. Para meu espanto Leonardo, como se também houvesse lido *Sujeira e Perigo* de Mary Douglas, me explicou que o cascalho “sujo” era aquele “que não era separado”, vinha com “capim” (uma espécie de alga), outras conchas, sementes de ostras vindas do ribeirão (que Leonardo ressaltou como cortantes). Ele explicou tudo enquanto caminhando para mostrar-me uma pequena pilha de cascalho sujo secando ao sol, em algum lugar entre o rancho e o mar. A autora

diz que o ato de limpeza envolve a separação (DOUGLAS, 1991). Ao modo de cada ordem, certos elementos encontram lugar organizado, “limpos”, e outros, que não cabem àquela ordem, são “sujeira”, caracterizadas inclusive como “perigosas”, como a mistura de cascalho com sementes de ostras vindas do ribeirão, cortantes. No entanto, mesmo o que Leonardo *separava* como cascalho “sujo” seria incorporado em outras práticas e não se enquadram como “resíduos”.

O cascalho “limpo” era “branquinho”, resultado do processo de beneficiamento, lavado, fervido, separado também do berbigão (da parte que vive dentro da concha ou “casca”). Havia outras duas pilhas de cascalho, limpo e sujo, bem maiores do que a primeira, depois do último rancho, em direção à obra embagada da nova sede da Resex e ao lado do mato onde Leonardo contou que já colocara placa para não depositarem lixo.

Perguntei o que faziam com aquele cascalho todo. O casal disse que vendiam, era usado para aterros, para terrenos com muita água, por exemplo, e também como decoração, como outro exemplo, colocando em vasos. “Pessoal de prédio é que gosta”, comentaram, (não entendi se pelo primeiro ou segundo propósito). Contaram-me também que nem sempre o cascalho seria levado embora, aquelas pilhas, por exemplo, já estavam servindo como aterro para o próprio local. Leonardo mostrou que devido ao formato do cascalho ele entrava no solo à medida que pessoas caminhavam e carros passavam sobre. Que quando chovia a lama da frente do rancho subia à superfície por entre os cascalhos e que, portanto, ali depositariam o cascalho que acumulavam naquele dia de trabalho. Ele mencionou que a empresa que comprava cascalho para aterro deixou de repente de aparecer, com uma dívida de três ou quatro

mil reais, que o rapaz que fazia a intermediação tirou do próprio bolso para quitar-se com os fornecedores. Entretanto, existem outros compradores, que viriam a ser mencionados postumamente.

Compra-se o cascalho limpo também para fabricar calcário. Leonardo havia contado, e alguns meses mais tarde eu viria a ouvir sobre numa aula de agronomia voltada a solos. Além de rochas, outras fontes de calcário exploradas em Santa Catarina são antigos sambaquis, compostos mormente por conchas. Essas conchas são então moídas e aplicadas ao solo como forma de controle do nível de acidez (ou “correção do solo”) à agricultura.

Começavam então a revelarem-se diversos usos para o cascalho: usos diretos para aterramentos locais, obtenção de renda, venda para aterros, para decoração, e até mesmo para agricultura e controle do PH do solo. Se eu chegara a campo acreditando que o trabalho com berbigão era exclusivamente obter sua carne para se tornar alimento, e que as conchas eram o resíduo do processo e assim representavam um possível problema à pratica, logo descobria o cascalho dentro de um sistema onde lógicas o incorporam e a ale aplicam valor de *utilidade*, *produto* ou até *recurso*. O cascalho é então “resto” do processo de beneficiamento, um *resíduo*, ou um *fruto*?

Durante o pré-campo da pesquisa ouvi dizer que o cascalho chegava a ser um problema à própria prática do extrativismo, à medida que se acumulava ao longo do tempo no fundo do mar, sobre as bancadas de areia onde a extração ocorria. Numa conversa com uma profissional do ICMBio, administradora de questões ligadas a Resex disse que houve um mutirão entre extrativistas no intuito de remover

parte desse cascalho e minimizar o problema. “Mutirão!?” exclamou Leonardo quando assuntei a questão, e enumerou por nomes os cinco que participaram da iniciativa, incluindo a ele próprio, sendo que apenas dois ou três deles eram de fato associados (ao menos ao Caminho do Berbigão).

Não ficou claro se esse “excesso” de cascalho fora recolhido das bancadas de areia ou, talvez, da orla, dos ranchos, da praia. Quando perguntei a Leonardo se o acúmulo de cascalho no fundo do mar atrapalhava tirar berbigão, ele respondeu que pelo contrário – que se não fosse por isso, já não haveria berbigão para tirar. O berbigão que ainda há está debaixo do cascalho, por ele *protegido*. Nesse momento Leonardo me mostrou um corte em sua mão. O cascalho, potencialmente cortante como é, torna menos acessível ou mais perigosa à extração do berbigão. O *perigo* oferecido aos outsiders e visitantes não *habitados* é então uma forma de proteção oferecida pelo cascalho ao berbigão ou ao próprio extrativista adaptado e habituado às condições do meio¹¹.

¹¹ Há dessa forma uma possível correlação entre esse extrativismo de berbigão na Costeira do Pirajubaé e os povos dos sambaquis, que habitaram a ilha de Santa Catarina Entre mais ou menos cinco e três mil anos atrás. Esses povos viviam, até onde me foi ensinado, em grupos de aproximadamente vinte pessoas, instalados em locais específicos, encontrando-se com outros grupos para trocas de pessoas, até que no local onde se encontrassem a comida se tornasse escassa, e assim mudava-se o grupo para outro local mais abundante e propício para coletar moluscos e outros animais marinhos dos quais se alimentavam. O acúmulo de ossos e principalmente de conchas formaram ao longo do período milenar durante o qual estiveram ocupando o litoral sul do atual território brasileiro, pequenos montes de solo, os sambaquis. Mas enquanto ainda viviam, os sambaquis eram seu habitat, e as conchas formavam o solo e o chão sobre o qual viviam. Em teoria, um dos motivos pelos quais esses povos viviam sobre as conchas e “resíduos” acumulados era justamente por oferecer proteção de invasores, que não teriam desenvolvido a habilidade ou mesmo o corpo necessário para caminhar ou passar por ali sem debilitar-se de alguma forma (vídeo do projeto “Museus do Rio de Janeiro”, sobre o museu do

Trabalhar com berbigão significa então envolver-se também com o cascalho, encontrando lugares para ele, adaptando-o às necessidades humanas, separando-o. Mas esse envolvimento também significa “afetar-se” pelo cascalho, sofrer modificações às condições e necessidades com ele implicadas: cedendo à sua necessidade de espaço, habituando suas práticas a sua presença, e até mesmo habituando-se fisicamente à interação *com* o cascalho.

Como viria a conhecer em outro dia de campo, essa adaptação física a presença de cascalho no solo das bancadas de areia da Resex é para além de uma habilidade desenvolvida pelos extrativistas, é também uma técnica para otimização do trabalho, seja criando resistência à característica cortante do cascalho assim como se habilitando a sentir e encontrar os melhores lugares para puxar o gancho, usando os pés e as mãos. Na relação com o cascalho, as marés cheias e vazias, a lama, os extrativistas produzem-se a si mesmos e ao mesmo tempo ao ambiente.

O comentário de Leonardo quanto ao conhecimento não prático, ou falta de prática e do não acesso à “outra história” (em suas palavras) por parte de pesquisadores, acadêmicos, assim como de profissionais e técnicos que por ali passaram lhes colocando e até impondo formas “corretas” ou “incorretas”, “adequadas” ou “ilegais” de agir apontava para certa arbitrariedade no trato e uma falta de conhecimento sobre as práticas e logo sobre a realidade por pescadores e extrativistas como ele vivida. Era também uma provocação que instigava meu caminho pelo

campo - se eu quisesse conhecer e afirmar algo sobre as formas que as coisas acontecem ali, teria de acompanhar ao máximo os processos envolvidos, de forma participativa, colocando e envolvendo meu próprio corpo nas situações, para além dos ouvidos. O método de observação participante possibilita ao antropólogo, talvez mais interessado do que outros pesquisadores de outras áreas de conhecimento poderiam ser, a aproximar-se dessas formas de vida de uma maneira especial, correspondendo ao ensejo de conhecê-las. Certamente envolveria uma imersão de prazo bastante mais longo do que essa pesquisa encontrou para tornar a transcrição etnográfica mais próxima de fidedigna a elas, embora tenha galgado alguns espaços para envolver-me mais nas práticas, não sem encontrar novos obstáculos.

Leonardo parou de recolher com a pá o cascalho sujo que fora peneirado e buscou acelerar a finalização das tarefas do dia. “Já que estás apressada, termina de juntar o cascalho enquanto eu...” e passou a tratar de tirar o motor do barco. Foi quando me ofereci para ajudar, mas ele recusou agradecido, usando o carrinho de mão do motor para leva-lo ao porta-malas do carro. Depois passou a carregar o carro com as caixas de berbigão. Eu queria muito presenciar o que faziam com aquele cascalho, talvez participar ajudando...Quem, como e onde colocariam? Mas minha presença ali já se fazia um estorvo, senti. Joelma se despediu explicando que havia acordado às seis da manhã, estavam cansados, mas foram ao mesmo tempo além de solícitos e dispostos a conversar tanto comigo, respeitosos e “queridos”.

Saí daquele campo com tantas informações para pensar a respeito e ordenar no caderno de campo que me senti um tanto perdido mediante quantos caminhos e pistas a trabalhar. No entanto eu já ouvira falar

sobre as conchas de berbigão como elemento interessante ao meu trabalho e meu orientador me imbuíra de certa forma a dar atenção especial ao trabalho com berbigão. O trabalho com berbigão ganhavam assim relevância e o cascalho como forma de “resíduo” ganhava centralidade na pesquisa.

Mas além de não ser necessariamente um resíduo, e embora fruto de um processo de *separação*, o cascalho passou a aparecer para mim em lugares inesperados. Um dia fui à casa do amigo de um amigo, no bairro Porto da Lagoa, do outro lado da ilha de Florianópolis, em uma rua com casas de classe média alta. Notei então ao portão, desde a rua até a garagem, uma camada de cascalho limpo sendo usada para o caminho do carro. Perguntei onde o rapaz conseguira aquele cascalho e ele respondeu que no sul da Expresso Sul, que havia um homem ali que vendia – era barato e bom, além de bonito.

Outro dia notei em outra casa, essa de família um pouco mais abastada, em frente à Lagoa da Conceição, que à entrada havia um vão planejado entre os paralelepípedos de pedra preenchidos com cascalho limpo – funcionava como uma espécie de tapete de entrada a quem chega pelo portão, onde dá para limpar os calçados e por onde a água da chuva infiltrará ao levando a sujeira ao solo, e era além de tudo uma espécie de adorno, combinando com a estética do jardim.

Logo, de “resíduo” decorrente da separação entre a carne de berbigão e a casca por parte de extrativistas que almejam principalmente vender o alimento à peixarias por exemplo, ou seja, resíduos e frutos de um processo de separação, passaram a poder ser reinterpretados como fios condutores, ligações. São eixos de contato que ligam classes sociais,

bairros, casas na Lagoa da Conceição com ranchos da Costeira do Pirajubaé, *misturam* histórias e pessoas, tempos, povos dos sambaquis com extrativistas da Costeira, práticas, extrativismo e agricultura, mar com solos e terra, limpeza e estética. Outra parte do berbigão também seria uma boa “pista” (para utilizar a expressão de Latour) a “seguir” - a carne. Talvez pelas peixarias, restaurantes ou até pastelarias do centro de Florianópolis, o berbigão também circule e atue pela cidade, interconectando outras histórias de forma igualmente interessante.

Noutros ranchos também havia trabalho com berbigão, e eu então um pouco menos cru no assunto, depois do que aprendera no último rancho, busquei contato com essas outras pessoas para envolver-me mais com as práticas relacionadas ao trabalho com berbigão, questionando *como* aconteciam essas práticas e como afinal se davam essas relações.

Ainda em março, dia treze, chegava a campo por volta do meio dia. Do recém construído elevado, ao lado do trevo da seta, próximo aos ranchos, avistei um rancho mais afastado dos outros, solitário entre o manguezal. Havia uma caçamba amarela, dessas de entulho, ladeada por grandes quantidades de cascalho amontoadas em duas pilhas. Segui aos ranchos onde eu já não era um total desconhecido. À chegada notei uma coruja pousada sobre a lixeira da entrada, um cavalo pastando ao lado do banheiro, um limoeiro frutificado, uma goiabeira, e uma amendoeira, sob a qual estacionei mais uma vez, sobre um chão aterrado com cascalho. Comecei a tirar foto de tudo. Era um dia cinza, talvez chovesse. Passei pelo vão entre os ranchos de madeira acinzentada, avistando várias gaivotas pousadas na outra extremidade do trapiche. Outras aves estavam ao lado de atencioso Ademar, o pescador que mais

uma vez tarrafeava. Cumprimentei Saulo e segui até um dos últimos ranchos, onde dois homens trabalhavam peneirando berbigão. Os dois, de aproximadamente trinta anos de idade, se ajudavam, enquanto um despejava, o outro mexia a peneira. Duas mulheres, uma mais vivida e a outra mais jovem chegavam pelo outro lado dos ranchos.

Para me entrosar, perguntei por Leonardo estendendo a mão como cumprimento. Fizeram a ressalva de que suas mãos estavam “sujas”, o que fiz questão de ignorar selando a saudação. Expliquei que era estudante da UFSC e havia combinado de retornar para tirar fotos do local e do trabalho com berbigão. Os homens me concederam permissão sem ressalva. Mesmo assim, optei por ser menos invasivo e não apontar a câmera do smartphone para seus rostos.

Perguntei a Luciano e Leandro se a Associação Caminho do Berbigão estava realmente deixando de existir, como ouvira dizer. Eles disseram que os associados estavam desistindo da associação (institucionalizada), mas só não tinha acabado ainda por causa de um galpão que seria construído para que trabalhassem com berbigão. Um deles comentou que o trabalho com berbigão havia quase acabado. Perguntei se era por causa do esgotamento e escassez do recurso, mas ele respondeu que não, mas por causa do “pessoal da limpeza”. Explicaram que o galpão teria “piso” na parede (“e tudo mais”), conforme as adequações exigidas pelo controle da vigilância sanitária ao trabalho com alimentos.

Segundo o que diziam, houvera recentemente uma reunião em Brasília onde estiveram presentes o prefeito Cezar Sousa Jr., o presidente da associação Fabrício (com quem eu conversara por telefone

e que também me encorajara a ir aos ranchos), assim como representantes de outras associações de trabalho com berbigão em Florianópolis, de lugares como o bairro Rio Vermelho e Tapera.

Por causa da obra “do aeroporto” (duplicação da estrada de acesso, pelo bairro da Ressacada, sendo construída sobre o manguezal), além da do Rio Tavares haveria disponibilidade de recursos financeiros para construção do galpão. “Da terceira via na pista do rio Tavares?”, perguntei. Responderam que pela obra da Casan, que construirá uma nova estação de tratamento de efluentes. Um dos irmãos contou que já reclamara por que a estação sujaria o rio (que dá nome ao bairro, Rio Tavares). Responderam a ele que a água chegaria tratada ao rio. “Mas quando quebrar a máquina, vai tudo pra água”, argumentou. Eu: “Máquina?”, ele: “igual a que tem ‘aqui’ no centro, de tratamento de esgoto da Casan” (dali se enxergava a ponte Hercílio Luz, assim como bairros urbanos próximos ao centro). O processo de modificação do ambiente não cessou com os fins do aterramento ou da construção da via Expressa Sul: A relação com a cidade envolve a vida marinha e a pesca numa dinâmica ecológica continuamente mutável.

Perguntei se pescavam naquele rio. Eles contaram que sim, usando algum termo para mim desconhecido, que tiveram que traduzir, significava pescar com vara, e o faziam de “qualquer barranco” ao longo da margem. Em torno de abril pescavam robalo. A estação da Casan poderia então, apesar de direcionada à limpeza da água dos efluentes, vir a sujar a água do rio e do mar. A estação da Casan iria prejudicar, explicavam os homens, se quebrar a maquina, “vem tudo pra água” (note-se a perspectiva de onde se percebe e coloca no discurso um daqueles pescadores). Ali no rio, além de peixes, tem marisco, “tem

muita vivência”, colocou um deles. O termo *vivência*, além de remeter ao que vive, me remeteu ao que *sociabiliza, interage*, seria um termo interessante à análise de Tim Ingold, que contrapõe a perspectiva à antagonista noção de “sociedade civil “que comumente substitui o que pode abranger a concepção de “social” ao que é exclusivamente humano (INGOLD, 2003).A premissa de que elementos não-humanos servem passivamente como suportes simbólicos poderia legar todas essas “vivências” à infeliz condição de objetos como por exemplo *recurso*, um valor limitador à compreensão e inclusão dos seres vivos do Rio Tavares num sistema mais complexo do que o da ordem e mercadológica. É um risco ao qual incorre o fato de a *reserva* servir como uma espécie de “banco de recursos naturais”. Como sugeria a o termo utilizado por Leandro, esses conceitos e noções não se conseguem envolver esses elementos de forma adequada aos seus significados ambientais a partir da lógica local.

Para eles, o ICMBio dispunha de muito dinheiro, “milhões” de reais “para eles”. Correspondi em tom de indignação, questionando se seria construído *apenas* um galpão. De fato, com tantas obras na região, a verba a ser disponibilizada para compensação ambiental, como implica a legislação, aquela obra seria pouco. “Só as lanchas e carros deles...” retrucaram os irmãos falando do “pessoal” do ICMBio, “o galpão e olhe lá...”, e mencionaram que no entanto era sim um ganho, o único benefício ganho para além do gancho inox. Essas relações entre os pescadores, o ICMBio e o IBAMA também marcam características ecológicas do ambiente da orla da Costeira. Seja observado pelas relações econômicas ou pelas tensões entre as imposições de normas à

Resex. Há de qualquer maneira, uma relação de interdependência entre esses agentes, pois sem os extrativistas, não há Resex. Assim como sem as obras apontadas, não há o respectivo dinheiro. E da mesma maneira que o ICMBio está ali para fiscalizar e “proteger” a reserva, o órgão com todos seus trabalhadores dependem das práticas “tradicionais” para existir no lugar.

Mostrara-me que havia necessidade de mais espaço para os ranchos. Alguns chegam a burlar as regras instituídas e construir ranchos para caber embarcações e outros materiais de pesca, já que os espaços dos ranchos não são suficientes. Se não fossem construídos, não haveria onde guardar o material necessário para a pesca, e logo não haveria pesca para os pescadores dos ranchos (“de pesca”). Eles mesmos trabalhavam dentro de metade de um rancho, dividido entre irmãos.

Dona Meia era uma das mulheres que aparecera mais cedo, era mãe dos outros três que ali se encontravam, Luciano, Leandro, e Lucilene, a moça de vinte e cinco anos que também trabalhava no beneficiamento. Tinha outros dois filhos que trabalhavam com berbigão. Todos moram na Costeira, a maioria próxima ao "trevo da seta". Perguntei se o novo "elevado" ajudara com o trânsito. Responderam que não, nas sextas feiras a "fila" ia até longe em direção ao centro. Mesmo assim dona Néia disse que o elevado era bom.

Néia explicou que aquele rancho pertencia a quatro pessoas, seus quatro filhos homens, e que a questão do espaço limitado chegou a tornar necessário dividir o rancho ao meio. O fato de nem ela e nem sua filha serem incluídas em seu discurso de reclamação ela da falta de espaço no rancho me chamou a atenção. Quando disse que era um rancho para seus quatro filhos, deixou de argumentar a falta de espaço

usando o número de pessoas que ali trabalhavam, incluindo sua filha, a esposa de um dos filhos, e a si mesma. Achei interessante, e perguntei se ela, que tinha vivido o processo de obtenção dos ranchos, também era pescadora. Ela respondeu que sim, era pescadora. "Você também trabalha tirando?", indaguei, "não, só aqui mesmo", respondeu, "é que não tinha a documentação", explicou, "nunca recebi."¹²(um rancho).

Quando perguntei se poderia tirar fotos das etapas de preparo do berbigão, os homens disseram que essa permissão deveria ser pedida à dona Néia. Houve um período de silêncio e contato visual interrompido por parte de dona Néia antes de, carinhosamente, me conceder permissão. Abriu as painéis de alumínio sobre os dois fogareiros a gás, mexendo borbulhante conteúdo com uma grande colher de pau. Continuei então a tirar fotos, mas seguindo sua ressalva de não tirar fotos dos rostos. Dona Néia me contou com certa satisfação que já haviam filmado ali, e uma vez um homem que trabalhava com culinária e formas de preparo do berbigão fizera uma entrevista com ela, com microfone e tudo, disse, mas que aquilo acabou prejudicando eles, por causa das inadequações sanitárias. Mas depois comentou que no final das contas aquilo tinha sido bom pra eles, pois pelo menos agora teriam um lugar para "descascar". Segundo um dos irmãos, trabalhar com berbigão estava quase sendo proibido quando fizeram o projeto do galpão (justamente esse processo interrompeu o término da Associação

¹² Em "Mulheres e o Mar", Rose Gerber trata de explorar as questões de gênero envolvidas no mundo da pesca, incluindo dificuldades de acesso e direto à pensão do defeso e à aposentadoria, tanto quanto a outras políticas sociais por parte de mulheres pescadoras, assim como a dificuldade ao reconhecimento dessa identidade. Geralmente estão também envolvidas no processo de beneficiamento.

Caminho do Berbigão). O projeto do galpão já estava aprovado e talvez até assinado.

É interessante notar que ao mesmo tempo em que essas mulheres estavam ali para fazer o “beneficiamento”, que se constitui em *limpar*, cozinhar e *descascar*, portanto essencialmente em um processo de transformação pela *separação*, esse trabalho estava ameaçado pela “limpeza” de ordem sanitária, que *separa* aquela prática como inadequada (potencialmente *perigosa* nos termos da saúde pública), das “adequadas” em sua própria lógica de limpeza e “assepsia”.

Néia e Lucilene (que usava uma touca de cozinha, prendendo os cabelos para trabalhar) me explicaram que depois de passar água fria no berbigão para tirar a areia, cozinavam e descascavam o berbigão, algo mais ou menos nessa ordem, foi o que consegui gravar na memória até então. Ainda voltaria para tirar fotos melhores e conhecer mais sobre aquele processo de "descascar". Não havia um cálculo predeterminado de tempo para o cozimento do berbigão - era um trabalho "mais prático", baseado na experiência. Mãe e filha tinham a noção desse tempo e não precisavam usar relógio para tanto.

O trabalho estava também separado entre as funções dos homens e as funções das mulheres. Todas as tarefas pareciam acontecer ao mesmo tempo, e um não deixaria de interromper o outro para adequar seus movimentos de acordo com a necessidade à sincronização. As panelas borbulhavam, revezava-se a colher de pau, descascavam (separavam a carne do berbigão da casca) as mulheres do lado de dentro do rancho, enquanto os homens, da "varanda" para fora do rancho, peneiravam, lavavam, interrompiam com a mão e sem necessidade de palavras o movimento um do outro para acrescentar mais conteúdo à

peneira, um saía, levava ou buscava algo do barco, o outro continuava peneirando...

Perguntei se eles tinham *facebook*, por onde eu poderia compartilhar as fotos que tirava e que dona Néia elogiara ("muito bem *tiradas*"). Eu mostrara as imagens gravadas das mãos dela e de sua filha trabalhando o descascamento do berbigão sobre a mesa. Dona Néia disse que não tinham, apenas sua filha, mas que Lucilene poderia receber por todos, já que moravam próximos uns aos outros e que já tinham o hábito de usar internet um na casa do outro. Achei interessante a ideia de disponibilizar as fotos a eles por essa via e possivelmente obter comentários sobre as imagens. Enviei algumas por e-mail, mas dona Néia reclamou que estavam de ponta-cabeça. Lucilene me adicionou como "amigo" por via da "rede social" *facebook*, por onde pude compartilhar através de um álbum virtual de acesso exclusivo a eu, Lucilene, e ao meu orientador de pesquisa. No *álbum* fiz o *upload* de mais de cento e cinquenta das fotos tiradas em campo e que Lucilene requisitara. Até o momento de escrita dessa monografia não recebi comentário algum por via do facebook, mas viria a ser frutífero retornar com algumas imagens que eu estava "tirando" do contexto. No último campo, reinseri-las possibilitou algumas exclamações quanto a uma perspectiva que sobressaltava características do ambiente e do cenário que não costumam surgir de dentro do cotidiano.

Quando as mulheres terminaram de explicar como faziam com o berbigão, perguntei o que faziam com o cascalho. Dona Néia se prontificou a deixar claro: "*Não joga nada fora, nem destrói, aqui a gente aproveita tudo*". Contou que naquela mesma semana um

caminhão havia buscado cascalho que eles venderam. às vezes Néia também "dava" o cascalho para alguém fazer aterramento. Leandro Comentou recentemente um caminhão havia levado uma caçamba para São Paulo, e que o cascalho também ia para Itajaí e outras cidades. De dentro dos rancho as mulheres explicaram que se usava para fazer artesanato. Também restaurantes por vezes usavam para colocar no chão em frente ao estabelecimento, "fica até bonito", observou dona Néia. Além de diferentes cidades e estados brasileiros, o cascalho liga ou *se mistura* assim a diferentes práticas, como elemento do artesanato, onde se torna adorno. Se restaurantes da ilha por vezes servem o berbigão como prato, também utilizam o cascalho como elemento estético.

Mostraram-me um saco vermelho (desses de batata ou frutas) pendurado à porta do rancho. o Conteúdo era de conchas diversas, diferentes das de berbigão, que seriam vendidas para artesanato por serem consideradas bonitas pelos compradores. Reconheci dentre elas a de "mijona", o que foi confirmado quando perguntei. Mais tarde dona Néia contou para mim e para os outros que havia gente pagando cinquenta centavos por cada caramujo. Tratava-se da concha sem o animal. Um dos filhos, em tom jocoso, falou que logo seria possível fazer mais dinheiro com aquilo do que com berbigão (a forma "brincalhona" transparecia que na verdade a afirmação destoava muito da possibilidade real).

Mostraram-me o dois pequenos montes de cascalho acumulados à extremidade da área transitável, antes do mato, do mangue, e da obra embargada da nova sede. Havia uma placa de compensado de madeira como separação entre o monte mais escuro e o mais claro. Perguntei se vendiam aquele cascalho que caia da peneira. Disseram que não, que

aquele era "sujeira", o que vendiam era aquele "ali", mostrando o que permanecia dentro da peneira (berbigão fechado que ainda seria cozido e descascados). Entendi ao longo da pesquisa que também usavam o cascalho "sujo" para aterro, cheguei mais tarde a ouvir que seria até mais eficiente para tal propósito, mas que não o vendiam, os compradores buscam o "limpo".

Perguntei a dona Néia se eu poderia falar em "pescar" berbigão. Ela respondeu que não, que berbigão não se pescava, "pescar é pra peixe". "'Catar' serve?", perguntei. Ela respondeu que havia quem dissesse "catar", mas que ela dizia "*tirar* berbigão". O verbo utilizado pode se referir ao ato de extrair o berbigão da areia, onde costuma estar enterrado, mas também pode apontar no sentido de *tirar* o berbigão de um ciclo, de seu ciclo de reprodução e habitat, separa-lo de seu ambiente marinho, e incorporá-lo a outro ciclo, a um ambiente delineado por novas relações.

Figura 8 - “Vendo casca e berbigão”



6.1 A SAÍDA AO MAR

Outro dia, já em findares de abril, encontrei dona Néia e Lucilene mais uma vez descascando berbigão no rancho. Queria me envolver em uma saída ao mar com algum dos pescadores, participar da extração do berbigão. Perguntei a elas se haviam aberto o e-mail contendo algumas fotos que enviei. Ainda não haviam olhado, mas como vim a descobrir mais tarde, o fato de ter levado a cabo minha iniciativa de compartilhar as fotos de certa forma recolocava-me em campo. Ter algo a *devolver* como pesquisador e fazê-lo me incluiu, acredito, como figura mais participativa e merecedora de alguma confiabilidade, diferenciada dos outros pesquisadores que por ali passaram. Luciano em outro momento me disse que era a primeira vez que algum pesquisador retornara com fotos ou com qualquer resultado da produção de pesquisa.

Expliquei que queria tirar fotos de todo o processo de trabalho com berbigão e que para tanto queria acompanhar alguém na saída de barco e participar ajudando como pudesse. Dona Néia explicou que durante toda a semana só trabalhara aquele dia, a *maré* estava "grossa", alta, e que o *vento* nordeste era ruim pra tirar, o vento sul é que era melhor do que aquele, corria menos risco de virar (o barco ou o tempo? Era ambíguo.). Além disso, no inverno trabalham menos. Néia disse que contudo em breve talvez eu encontrasse alguém disposto a levar-me de barco, deu-me o número de telefone de seu filho Luciano, que talvez viesse a sair de barco na segunda, terça-feira, ou até mesmo naquele domingo.

Pelo telefone o filho de dona Néia explicou que para a próxima saída já estaríamos em dois ou três no barco, o que poderia dificultar um pouco as coisas, mas como de início tinha pendido a acatar meu pedido (ao que apontei a indicação de sua mãe), antes que oscilasse mais, agradei com veemência me despedindo. De fato, pelo tamanho da embarcação e condições do trabalho, a presença de um pesquisador poderia se tornar um infortúnio no mar. Não é qualquer pessoa que um pescador leva no barco, uma pessoa pode não saber nadar, ou mesmo enjoar (GERBER, 2013), infortúnios decorrentes de habilidades não desenvolvidas. Conforme combinado com Luciano, no dia vinte e nove de abril acordei bem mais cedo do que de costume para chegar no rancho às sete.

Chegando na Costeira encontrei o local de encontro vazio. Havia apenas um rancho aberto. Do mar retornavam dois pescadores embarcados. Caminhei até o final do longo trapiche sobre as marcas de guano deixadas pelas aves. Acompanhei o movimento da miúda embarcação com os olhos. Os homens não demonstraram interesse por minha presença, apenas um deles cumprimentou. um terceiro homem saiu do rancho aberto e com os outros começou a conversar, ajudando a puxar o barco em direção à praia. Falavam sobre a carteira de um deles, perdida com setecentos reais, enquanto terminavam de puxar a corda do barco e desembarcavam caixas. Embrenhei-me na prosa. O local da perda foi indicado usando-se uma garça pousada sobre a lama como referência. Embora já tivessem encontrado até chaves perdidas naquela lama, o dono da carteira concluiu que seria mais fácil começar a trabalhar novamente para juntar aquela soma.

Aproximei-me das caixas, cheias de caranguejos grandes e azulados, vivos, que o pescador muito habilidosamente manuseava para dentro de outro recipiente. As garras abertas e ativas dos agitados bichos pareciam perigosas, o que não abalava a agilidade das nuas mãos daquele homem. Pedi para tirar fotos, e ele respondeu para que seriam, ("vai pra algum lugar?"). Expliquei que estava fazendo uma pesquisa como trabalho para a faculdade. ele então negou a autorização: "caranguejo não pode". A prática era provavelmente ilegal, mas nem por isso, dentre todas as outras mencionadas, deixava de encontrar certa legitimidade naquele ambiente.

Práticas legais e ilegais coexistem ali, e não são essas as características que as definem no meio social dos ranchos. Parece-me que lidar com todas as práticas e relações, seja ente agentes humanos como não humanos, a fim de mapeá-las e encontrar coerências lógicas entre todas de forma a respeitar as necessidades sem interromper a segurança do ciclo de continuidade específica seria uma tarefa bastante complexa e trabalhosa. Além de um trabalho árduo, envolveria acatar ao movimento local como dinâmico e mutável, além de cíclico. Mas geraria bases mais sólidas e sofisticadas para formulações legais mais coerentes e bem adaptadas. Como vimos até aqui, regulamentações e políticas "preservacionistas" são em alguns momentos subjugados por pessoas dos ranchos, pois se demonstram contraditórias (no caso do mangue sobreposto por mais uma via ao aeroporto) e incoerentes (com a proibição da construção de mais banheiros, por exemplo). Tudo indica que a eficiência de políticas públicas preservacionistas e ambientalistas não são de todo valorizadas ou correspondidas na Resex. E para que

melhorassem esse quadro, dever-se-ia adequá-las a sondagens mais sutis e sensíveis à realidade das demandas, necessidades, práticas, hábitos e possibilidades reais do ambiente. Nota-se até então uma espécie de tensão constante entre a realidade prática de quase todas as pessoas nos ranchos versus a condição "legal" ou mesmo de "ilegalidades" imposta por um modelo de regramentos não tão bem adaptado. Seria necessário à formulação de uma política pública eficiente primeiro conhecer a lógica de funcionamento das praticas locais para depois atribuir classificações e então trabalhar normatizações mais coerentes com o contexto.

Às oito e quinze da manhã dona Néia e sua filha já se encontravam a trabalhar, com panelas no fogo cozendo o berbigão, quatorze latas tiradas pelos filhos no dia anterior. Eu disse que havia avistado um barco à distância com três pessoas dentro, mas ela argumentou que não eram seus filhos, já que os três barcos deles continuavam ali em frente ao rancho. Néia explicou que a *maré* estava "torrada", que naquelas condições "não tira uma boga", sequer! Disse que os filhos provavelmente estavam vendo a "maré torrada" desde suas casas e por isso ainda não estavam ali. "Digo a meus filhos que precisam ter dia certo na semana, tem mês que tira um monte, outros...". Tirar berbigão estava se demonstrando uma prática pautado por mais condições, a maré e o vento. Por vezes cheguei a ficar confuso entre informações destoantes entre falas – hora o nordeste aparece como bom, noutra, como ruim. E em determinado momento um pescador me indicou o vento “nordeste” “soprava”, mas fez isso apontando para noroeste (a um definitivo oeste do quadrante norte), e quando perguntei se aquilo não seria mesmo um noroeste, ele explicou que o nordeste mudava “de lugar pra lugar”. (Silencie). Reconheço que seria

interessante seguir com a possibilidade de conhecer melhor as formas de entender direções, ventos, marés, mas não me detive ao aprofundamento. E os embarcados que estavam no mar, perguntei a dona Néia, não tirariam berbigão naquelas condições? "Ah, não tira", pontuou a pescadora.

Maré e vento são fatores que influenciam não apenas a extração de berbigão, como a pesca em geral. Esses fenômenos podem para fins de análise adquirir status de *atores*, de forma que possamos admitir, envolver e adentrar mais relações em busca de formular um retrato um pouco mais fidedigno à tradução da complexa relação objetivada em campo através da pesquisa etnográfica e antropológica. Para o filósofo Bruno Latour atores são as coisas (e pessoas) que fazem fazer e são feitas fazer, que influenciam suas dinâmicas de forma interagente, e por isso carregam o poder ou qualidade de *agência* (GERBER,2013), essa sendo uma propriedade distribuída relacionalmente. A maré e vento, por intermédio de dona Néia apresentavam-se assim para além de simples fatores climáticos, como *atores* fundamentais na pesca e no tirar berbigão. O que viria a fomentar ainda mais minha questão quanto a incompatibilidade e contradição entre adequações impostas pelo Estado e as necessidades da vida nos ranchos. Como veremos adiante, quando a maré enche muito, os ranchos são "invadidos" por *ela*, e no entanto, obras simples como a de elevação do nível do piso, não são oficialmente permitidas (e nem por isso deixam de ser realizadas).

No decorrer de meu trabalho de campo percebi um conjunto que mesclava complexidade e sutileza em que há elementos/atores outros, como marés, ventos, luas¹⁴⁶, cuja agência¹⁴⁷ repercute diretamente no cotidiano pesqueiro. São

elementos/atores que mandam, desmandam, influenciam, são observados, ouvidos, obedecidos, nas saídas para o mar ou nas permanências em terra. Para tentar entender o mundo da pesca, é preciso levar em conta que elementos, considerados comumente como naturais e, muitas vezes, sob os efeitos da ação do ser humano, têm uma agência que interfere diretamente na relação humano/não humano exigindo que o elemento humano esteja continuamente atento aos sinais, às mudanças e direções que fogem à sua vontade frente ao inesperado do vento que muda; da maré que cresce e do mar que não deixa sair. Não há uma maré. Há maré cheia, maré vazante. Segundo os comentários que presenciei e a atenção dada pelas pescadoras, há uma agência na maré que a torna conhecida como poderosa, exibida, aquela que chega e vai invadindo a tudo, destruindo e bagunçando o que encontra pela frente; ou vaza, diminui vigorosa e rapidamente levando as pescadoras a questionamentos como: se ela enche aqui, vaza em algum lugar. E quando vaza, para onde ela vai? Para algum lugar tem que ir! É ela, dizem, que manda e determina se o mar se agita ou se acalma. Os movimentos de encher e vazar da maré são ritmados, da direita para esquerda, ou da esquerda para a direita, depende de onde se está. Olhar a maré encher ou vazar eram momentos que me permitiam observar a força que ela tem quando uma pequena folha seca caída na água era levada pelo fluxo rápido em direção ao mar ou a terra, dependendo se o momento era de encher ou esvaziar. Atentar repetidamente para estes movimentos permitiu-me constatar, de forma muito frontal, que se trata de um grande organismo vivo, em que tudo parece respirar junto no movimento: enche, vaza; inspira; expira.(GERBER,2013, p. 222-223).

Rose Gerber tomou nota sobre mais elementos e agências importantes ao ambiente da pesca, que apareciam nas conversas das pescadoras e pescadores de Santa Catarina como elementos a serem conhecidos por via do hábito da pesca, do contato e *convívio* com certa

"natureza", desvela-se uma maré a ser *respeitada*, um mar que por vezes " não deixa sair", uma lua influente, agências determinantes ao trabalho com a pesca, que interagem de forma "quase humana", por vezes *perigosas*. A interação de pescadores com a lua, a maré, o mar, o vento, é marcada por uma relação antiga, de medo, de respeito, interações entre humanos e consciências, humores, intenções não humanas. Esses elementos poderiam ser mais ou menos conhecidos, mas nunca completamente previsíveis. Devido à complexidade dos atores, fenômenos e interações, não há fórmula que dê conta da *complexidade* envolvida.

Enquanto esperávamos a observar o que a maré *faria*, no rancho dona Néia me ofereceu café e cuca de queijo alemã, muito gostosa por sinal, que dona Néia trouxera do interior do estado, onde mora sua madrinha. "Na frente dos outros ranchos tá tudo lindo... até cebola plantada tem e ninguém mexe. Todo mundo joga lixo aqui, é uma pouca vergonha!", reclamou referindo-se à pilha de lixo que queimava próxima ao mato. Perguntei se a Comcap não passava ali para buscar. Quando respondeu que sim um senhor que passava lentamente em frente ao rancho perguntou: "leva é?", era um vizinho de rancho. Dona Néia explicou que sim, ali do tonel do outro lado dos ranchos, mas que as pessoas não levavam para lá. Contou ao senhor que naquela manhã haviam deixado lixo sobre a pilha de cascalho, e que quem "separou" o lixo foi justamente o filho daquele senhor.

Perguntei a Josilene sobre como era a vida antes do aterro. ela morava na mesma casa da infância, seu irmão é quem recebeu o rancho como indenização. "Acho que eu tinha uns oito anos quando tudo isso

começou...", Josilene, como eu, tinha vinte e cinco anos de idade, disse não lembrar bem como era antes do aterro. "Tudo isso" parecia se referir a uma grande mudança, não apenas a uma obra civil ou o distanciamento do mar... Néia comentou que a maré demoraria a ficar boa, e incentivou que eu voltasse mais tarde, me ligaria assim que seu filho chegasse.

Tive tempo de ir ao carro e fazer anotações no caderno de campo. Embora sempre o carregasse no bolso da calça, não gostava da ideia de tirá-lo para fazer anotações em frente aos interlocutores da pesquisa, isso poderia distorcer ou restringir suas falas à medida que se preocupassem com o que eu estaria anotando.

Recebi a ligação de dona Néia, assim como prometido. Seu filho Luciano havia chegado e me aguardava. Luciano me recebeu bem, amigavelmente, me mostrou junto com vizinhos de rancho que a maré estava oscilando, baixa, parecia que iria subir, depois baixava novamente, e mais ainda... para mostrar, usavam uma boia como referência, ou um barco atolado na lama. Até então eu não sabia que a maré se comportava dessa maneira. como surfista e entusiasta do mar, imaginava que a maré tinha alguns poucos movimentos por dia, bem definidos, uns quatro. Talvez o fato de haver encontro entre o Rio Tavares e o mar no manguezal ao lado, e por estarmos voltados ao continente, o ritmo da maré se apresentava diferente, sutilmente oscilante, e pela falta de ondas, de forma mais perceptível.

Alguns vizinhos de rancho construíam um piso mais alto para evitar danos causados por marés mais altas, que recentemente chegaram a *invadir* os ranchos. Faziam um aterro de bordas sólidas e resistentes à frente do rancho, com alvenaria e cimento. Para o preenchimento

incorporavam outros materiais e também cascalho. Luciano ajudava, e sugeriu o cascalho sujo (sem empregar esse termo) como preenchimento, pois o outro ("limpo", "descascado") seria mais "oco".

Luciano resolveu me levar pra conhecer a obra embargada da nova sede da Resex. Logo chegou Nei, o companheiro de trabalho de Luciano para o dia. As pessoas interagiam entre si e em pouco tempo se demonstraram mais descontraídas e brincalhonas, bem-humoradas.

Marcus, vizinho de rancho, me convidou a tomar refrigerante dentro de seu rancho, junto a seu pai e outro companheiro de trabalho, onde me ofereceu também um "xis-mico", pão de trigo com banana no meio como recheio. Rimos.

Depois de comermos e conversarmos, o companheiro de trabalho disse para eu deixar o copo descartável de plástico em cima do banco, que depois ele "daria um jeito". Não pude portanto acompanhar para além desse ponto o que aconteceria com os copos, e nem com as cascas de bananas, que permaneceram sobre um saco plástico de supermercado no chão.

Outro senhor de idade passou em frente aos ranchos cumprimentando. O Pai de Marcus contou que se tratava de um coronel da Polícia Militar, pra quem já tinha servido como soldado no exército. (Os ranchos demonstravam-se mais uma vez como um local de encontro entre diferentes classes, um ponto em comum entre trajetórias e coisas distintas, causas, e diferentes ordens, certamente para muito além da pesca).

A gasolina para o barco que Luciano trouxera na mochila derramara durante a viagem e acabou molhando os hambúrgueres que

levaria para o mar. Recebeu então alguns caramujos que a mãe encontrava entre o berbigão cozido. Ele me ofereceu um e ensinou que a mancha preta deveria ser cortada, por ser muito amarga. Todos me assistiram cortando a parte preta do caramujo que eu mesmo tirara da concha, imitando Luciano (que deixava a parte preta, de aproximadamente um ou dois centímetros, cair no chão ali mesmo, sob o telhado em frente ao rancho, como se dali fosse evaporar ou se integrar a todo o cascalho presente), colocando na boca e mastigando (a textura meio "borrachenta") do molusco. Dona Néia, seus filhos, os vizinhos, Nei, todos se divertiam sabendo que aquilo era muito diferente do que estou acostumado a chamar de comida. Dona Néia deu a Luciano o que anunciou ser o maior dos caramujos, que então me ofereceu, afirmando ser mais gostoso. Experimentar o primeiro fora o suficiente para mim, então agradei o segundo. Restou-me a dúvida sobre se eu deveria ter aceitado aquela "dádiva" tão gentilmente oferecida. Hoje, teria aceitado. Mas o primeiro caramujo já estimulara minha imagem e lugar como a de um participante imerso como iniciante naquele mundo.

De alguma forma ou por algum motivo aquelas pessoas estavam me ajudando com meu propósito, até se comprometendo com isso. Dona Néia, por exemplo, quando Luciano chegara, chegou a me ligar gastando seus próprios créditos já que meu celular não recebia chamadas a cobrar. E agora estavam agindo de forma bastante positiva e amigável. Não havia mais, como durante as primeiras conversas, expectativas sobre meu papel (como possível mediador político, ou sabe-se lá a o quê os levava a falar sobre todos os problemas e questões envolvendo o ICMBio, etc.). Senti que estavam apenas amigavelmente me recebendo e disponibilizando o necessário a me ajudar, como se houvessem

entendido que eu era um simples estudante realizando um trabalho de pesquisa, o que de fato era verdade. De minha parte, também relaxara um bocado, não buscava mais aparentar mais sério ou compromissado do que sou, como fizera antes. Ali já me sentia eu mesmo, realizando uma pesquisa ao mesmo tempo em que apreciando a oportunidade e os novos inícios de amizade, ou mesmo, aquela forma de *camaradagem*.

Luciano e Nei me contaram que muitos pesquisadores haviam passado por ali, medindo tamanho de berbigão, etc., inclusive uns "gente boa", como um rapaz que levava seu próprio caiaque e se acompanhava até as bancadas de areia da Resex, mas que nenhum deles, nem mesmo esse rapaz, havia retornado com resultados da pesquisa ou qualquer material levantado. Mesmo que não tivessem visto as fotos, sabiam que eu havia enviado algumas tantas para o e-mail de Lucilene, e que portanto poderiam ter acesso a elas. Não sei se isso significou tanto a ponto de mudarem o tratamento para comigo à lógica de "camaradagem", mas certamente serviu como incentivo à boa relação. Demonstrou algum comprometimento de minha parte¹³. E agora estava eu ali novamente à fim de fotografar todo o processo de trabalho com o berbigão.

Por telefone havia dito a Luciano que no barco não apenas não buscaria não atrapalhar como gostaria de trabalhar junto, ajudar. Ele

¹³ Ao último campo eu viria a presentear-lhes algumas fotos, que foram muito bem recebidas, e incentivaram otimismo com relação às últimas fotografias que eu gostaria de tirar – o empenho em apresentar-me objetos e procedimentos a serem retratadas aumentou. Dona Néia e Luciene gostaram da ideia de pendurar as fotos no interior do rancho e também de ganhar uma série de fotos retratando todo o processo de trabalho com o berbigão. Outra forma de retorno seria apresentando um resumo sobre o que aprendi com a pesquisa, incluindo no encontro, agentes do ICMBio.

respondera que não, que eu não precisaria fazer esforço algum, que ficaria sentado no barco e tiraria fotos. (Também me sugeriu levar um colete, mas ficou contente em saber que eu tinha experiência com o mar como surfista).

Ainda bem que não aceitaram minha ajuda com esforços físicos, pois naquela manhã me veio a maior dor nas costas dos últimos doze anos (quase desisti do campo). Felizmente, dona Néia tinha um par de Dorflex, e me deu os dois comprimidos. Seu filho costuma tomar esses analgésicos duas vezes por dia para aguentar as dores nas costas, diariamente, um comprimido antes de dormir, e um ao acordar. Mais tarde notei que o tipo de esforço físico envolvido em tirar berbigão é (ou pareceu ser) violento às costas.

Figura 9 - A puxada (1)



Figura 10 - A puxada (2)



Antes de sairmos ao mar, todos me sugeriram calçados para acompanhar o trabalho tirar berbigão. Dona Néia chegou a me oferecer botas emprestadas. Quando Luciano me incentivou a levar calçados para

o mar, argumentou que até mesmo ele, quando usava tênis no seu dia-a-dia, ficava com a pele dos pés mais "fina" e suscetível a machucados. Mostrou-me então as solas espessas e cortadas pela profissão. À parte, Nei mencionara a importância de trabalhar descalço, e mesmo tendo botinhas (como as de surfe), prefere estar descalço para *sentir* o berbigão com os pés.

Para sair de barco Luciano deslizou-o pela lama, o fundo exposto daquele mar pela maré ainda baixa, enquanto Nei e eu caminhávamos até onde pudéssemos embarcar sem atolarmos. Enquanto caminhávamos, descalços, (eu levava dois pares de meia e chinelos na mochila), Nei perguntou se era a primeira vez que eu pisava em um lugar como aquele. Entusiasmado como era, complementou: "É bom né?". Disse que ali não havia cascalho para cortar os pés. De fato, aquela lama, que era igual a lama de manguezais, subindo pelas frestas entre os dedos, causava uma sensação gostosa de sentir, e na minha significação, nutritiva.

Seguimos pelo pequeno barco a motor. Era de madeira e tinha sido construído pelo pai de Luciano, que sabia consertá-lo quando necessário. Luciano trabalhava com outras coisas também, e podia por exemplo realizar reformas em uma casa. Um trabalho do gênero o aguardava em terra. Festas, casamento, os assuntos variaram durante a navegação. Descobri que Associação Caminho do Berbigão havia finalmente se encerrado, oficialmente, devido a brigas e desentendimentos entre os participantes. Apesar de as relações nos ranchos e entre pescadores ser bastante pautada pela camaradagem, ou seja, uma relação de troca, ajuda, ganhos positivos e amenização de conflitos, até onde ouvira, a aparelhagem institucional da associação foi

mais mencionada como ponto de conflito e tensão entre associados do que lugar de solucionar problemas.

Nei e Luciano tiveram a ideia de levar uma tarrafa para o caso de a maré ainda não estar boa para o berbigão, que talvez estivesse com um irmão de Luciano, também chamado Nei. Não tardou até nos depararmos com sua embarcação, e como estava sozinho, nosso Nei passou para o outro barco e assim distribuímos os pesos. Suas coisas, no entanto, permaneceram conosco, e apesar de combinarmos um mesmo ponto de encontro acabamos nos separando a destinações consideravelmente distantes.

Luciano e eu vimos peixes saltando, ele me mostrou que todas aquelas manchas arredondadas e brancas no fundo raso eram feitas por peixes, linguados, burriquetes, arraias que "cavoucavam" a areia. Também apontou várias manchas escuras sob a água explicando que eram tainhotas e paratis, os dois muito parecidos a não ser pela ligeira diferença de cor- uns mais brancos e os outros mais amarelos. O que eu enxergava eram manchas escuras. "Como sabe qual é o peixe?", perguntei. "Eu vejo", respondeu Luciano num tom de obviedade.

Também do lado de dentro do barco Luciano sabia indicar onde seriam locais mais difíceis de tirar berbigão, provavelmente enxergando o excesso de cascalho, ou a profundidade, imaginei. A maré se demonstrava mais uma vez fator determinante no trabalho com berbigão. Já do lado de fora do barco, Luciano puxava-o pela proa, caminhando descalço. Parava de vez em quando e enfiava a mão livre debaixo d'água e dentro da areia, trazendo-a de volta à superfície com ou sem um berbigão. Se houvesse, não desperdiçava a captura, jogava-o

para dentro da embarcação. Embora com o gancho coletassem centenas, talvez milhares de berbigões a cada "puxada", tanto Luciano quanto Nei, quando colocavam a mão sob a areia e voltavam com um ou outro berbigão, faziam questão de jogá-lo para dentro da embarcação. Além das mãos, como mencionaram antes da saída, usam os pés descalços para descobrir onde está bom para investir uma puxada.

O trabalho de tirar berbigão era notavelmente pesado e exigia bastante esforço físico. O já pesado "gancho" é arrastado pela areia, parcialmente submerso nela, com a estrutura (parecida com uma caixa gradeada) de metal parcialmente ou totalmente sob a água rasa da bancada, permanecendo o grosso cabo de madeira para fora, por onde é segurado e literalmente puxado. "Muita casca" comentou Luciano em um dos primeiros lugares que puxou o gancho. Ele chegava a se afastar centenas de metros do barco durante cada investida, depois retornava (não necessariamente em linha reta).

Seguindo o pedido de Luciano, levei o barco até outro lugar e o preendi ao solo usando um grande espeto de ferro utilizado como âncora. Tomei o segundo comprimido de Dorflex, minhas costas estavam "travadas" de dor, e segui escrevendo no caderno de campo enquanto os minutos se tornavam horas.

Estávamos distantes de qualquer margem, sendo a mais próxima o manguezal em direção ao aeroporto. Estávamos tão cercados pela "natureza" e verdes margens quanto, talvez, por urbanizadas margens e cidade. Havia morros e matas assim como antenas, aviões, pontes, prédios e casas.

Luciano pediu para que eu deixasse para tirar fotos de puxadas bem sucedidas, abundantes. Comentou que antigamente uma só *puxada*

(que poderia demorar vários minutos) enchia uma caixa (como as que estavam dentro do barco), o que vi acontecer em duas ou três *puxadas* para cada caixa. Ele podia trazer o conteúdo do gancho até o barco e despejá-lo para dentro, seja ao fundo do barco, seja dentro de caixas, assim como por vezes levava a caixa para dentro da água, um pouco mais afastada do barco e trazê-la de volta quando estivesse cheia, ou buscá-la com o barco. Luciano e Nei despejavam o berbigão em locais diferenciados, cada um teria a medida do que extraiu. Luciano sabia quanto dinheiro precisava fazer nos próximos dias, e assim sabia quantas "latas" de berbigão (equivalentes a um balde de mais ou menos quinze ou vinte litros) precisaria tirar para isso. Calculava conseguir uns duzentos e cinquenta reais em dois ou três dias.

Foi por assovios que descobrimos Nei voltando a pé pela grande bancada de areia submersa ao barco. Já havíamos tomado alguns copos de café de sua térmica. Todos compartilhamos o que tínhamos a oferecer nos momentos de descanso, bolachas, tabaco, café. O vento se tornara mais intenso, como dona Néia bem avisara ("lá fora vai fazer frio..."). Para mim as camadas de blusas e agasalho que estava usando tornavam-se indispensáveis, enquanto que para os outros, que estavam com as pernas dentro da água e menos agasalhados, a temperatura não os impedia de continuar o trabalho. Perigava chover. Contaram-me sobre tempos ruins passados no mar, do perigo que é estar ali quando há raios e o quanto aquela âncora/espeto e o gancho de aço inox poderiam atraí-los. Contaram que o mangue também não era boa opção para refúgio do mau tempo por causa de raios, mas que houve vezes em que foi o único

lugar (mais próximo) onde conseguiram abrigar-se de alguma forma, lembravam.

Embora já estivesse na água há bastante tempo, antes de começar a primeira puxada Nei molhou as pontas dos dedos e fez o sinal da cruz no corpo (cabeça, peito...). (A quem e o que pedia? Proteção? Licença? Agradecia?).

Os assuntos na água eram bastante descontraídos, também quando o irmão de Luciano chegou até onde estávamos. Sem compromissos com a seriedade tratavam de manter o bom humor e contavam casos engraçados, faziam brincadeiras, afirmavam competitivamente quem vira mais peixes enquanto estivemos separados. Luciano me usava como referência para legitimação de sua parte ("não é?!"), um dizia ter estado ou saber de um local com mais berbigão que o outro, ou em quantas puxadas tinham conseguido encher o gancho (sendo que uma puxada poderia ter duração e percorrer distância indeterminada), e assim mantiveram o trabalho, entre dores nas costas, Dorflex, tabaco, café, vento, e um ambiente amigavelmente animado e descontraído.

No caminho de volta peguei algumas "cascas" soltas de uma das caixas, e Luciano incentivou que as jogasse na água, de volta pro mar. Estávamos cansados e com fome. Eles ainda teriam trabalho pela frente, levando o berbigão até o rancho e lidando com todo o material.

Figura 11 - A saída: maré torrada e lama



Figura 12 - Trabalho esforçado



6.2 O “BENEFICIAMENTO”

Nem todos que trabalham com berbigão conhecem o processo de “beneficiamento” assim. Esse foi um termo cunhado junto à formação da Resex. Na minha última visita aos ranchos, pedi para rever o processo e tirar mais fotos, aproveitando para rever eventuais dúvidas que restavam. Lucilene por exemplo, identificou que eu queria conhecer melhor o “*descascar*”, que é afinal o que ela fazia junto a sua mãe, assim como Joelma no rancho ao lado.

Cheguei aos ranchos no dia chuvoso de junho trazendo comigo fotos tiradas durante “a saída”. Escolhi algumas que considerei bonitas e que transmitiam, além da paisagem e cenário local, esforços físicos e momentos de bom sucesso nas puxadas de Luciano, correspondendo tanto aos pedidos dele quanto às minhas expectativas sobre uma estética tão particular.

Figura 13 - “Dá até pra ver a ponte”



Dona Néia falava ao telefone, o que me deu oportunidade de mostrar as imagens antes a Joelma, que já mal me reconhecia. Assim que viu as fotografias impressas reconheceu em voz alta o “baixio”, uma das duas áreas da reserva onde acontece a extração do berbigão. Isso me deu a oportunidade de aprender que a outra área de bancada de areia é chamada de “base”, e que em diferentes épocas ou temporadas, tira-se berbigão de um local enquanto o outro é deixado “*descansando*”. Sorridente, Joelma comentou que dava até pra ver a ponte Hercílio Luz ao fundo. Ela contou que também tinha vídeos que fizera ali, e foi buscar seu próprio smartphone. Mostrou-me um vídeo do marido “*batendo*” o berbigão em frente ao rancho num dia de “maré bem grande”, quando a água chegava a entrada do rancho e o homem a tinha pelas canelas. Depois mostrou o vídeo de sua filha, ao lado do barco, também com a água pela canela. Na filmagem ela perguntava a filha onde se encontrava, e que a criança bastante contente respondia “no baixio”. (Já na linguagem técnica utilizada na sede da Resex, baixio é referido como “banco A” e a base como “banco B”). Ela contou que também ia de vez em quando tirar berbigão, só que mais durante o verão, quando estava calor. Perguntei se não era demasiado esforço puxar o gancho, mas a resposta foi de que não usava o gancho, apenas as mãos. “Mas não machuca a mão?”, indaguei, e ela explicou dava pra enxergar berbigão que estava por cima da areia, que era os que ela *pegava*. Numa das imagens aparecia com um saco vazado contendo alguns punhados de berbigão. Pareceu-me um bom “programa de família para o verão” (eu mesmo fora com meu pai “tirar” mariscos de uma rocha submersa durante fevereiro). Ela explicou que o celular estava quase sem bateria porque o usava para escutar rádio durante o

trabalho, então não pude assistir ao resto das filmagens. Imaginei, no entanto, que poderiam servir a construção um belo documentário.

Dona Néia demonstrou agrado pelo presente, e comentou que as fotos estavam lindas, mostrando-as então a sua filha e mais tarde a seu filho Leandro. “As vezes a gente não sabe apreciar o que a gente tem”, comentou referindo-se à paisagem que aparecia nas imagens. Quando perguntei se poderia utilizar as imagens no trabalho, ela afirmou que sim, não havia problemas, e nem de utilizar os nomes verdadeiros (sem sobrenomes). Não queria inclusive a pedido do presidente da Associação Caminho do Berbigão, pelo menos até que “saísse” o novo espaço de trabalho, o galpão. “Se *bate* a fiscalização, eles mandam parar tudo”. Ela demonstrava otimismo na aquisição do novo espaço e expectativa de que “entregassem tudo direitinho, com o fogão, o piso, tudo certinho”. Assim, as fotografias que me restavam *tirar* mais uma vez não mostraria rostos dentro do rancho.

“Porque *Caminho* do Berbigão?”, questionei a dona Néia, que repassou a questão a seu filho, mas dele veio apenas resposta de que era um nome feito “pra reserva”, e a informação de que afinal a associação havia apenas *quase* terminado, mas ainda existia. “Acho que é porque eles caminham pra chegar, é por onde eles caminham”, arriscou por fim dona Néia com movimentos dos braços e mãos como se agrupasse algo no ar e encaminhasse em direção a uma passagem mais estreita, referindo-se aos homens que tiram berbigão.

O tipo de embarcação com a qual eu navegara com Luciano é chamado de “bateia”, e dona Néia, tirando minhas dúvidas, explicou que ali havia lancha, canoa, e bateia. Essa última é a mais utilizada para tirar

berbigão por ser mais segura para *vir* com “carga”, enquanto a canoa, por exemplo, é mais propícia para pescar.

Sobre as etapas de beneficiamento:

Primeiro, explicou dona Néia, “eles tiram”, “batem” (“limpam, separam berbigão da casaca”, usando a “peneira”), lavam com “jato” (de mangueira) e colocam tudo na “caixa”, ou melhor, no “ralo”. (Eu tomava nota dos termos usados com o caderno em mãos). “A gente vem no outro dia, lava ele de novo com a mangueira pra tirar mais areia, põe pra cozinhar... Depois de cozido, *põe* em caixa, *despeja* da panela, *retorna* numa mesa pra *descascar*”. Eu interrompia quando necessário, queria anotar cada verbo conforme dito. “(...) *tirando* a carinha dele (processado), depois *coloca* ele pesado, tudo em pacotinho de um quilo, pra *vender...*”, mas também, seus compradores quisessem, faziam pacotes de mais quilos. Dona Néia contou que geralmente já havia comprador certo para o produto, e nos mercados “é tudo nosso, nosso e da tapera, que é mais graúdo”. “Fornecedores” levam para São Paulo, restaurantes compram diretamente, e às vezes, como naquela semana ocorrera com um restaurante de Curitiba, pedem com casca, “do jeito que tirou” - “Pra Curitiba foi sem descascar”. E depois de descascar? “Vai pra freezer”. Ela continuou contando sobre os diferentes compradores... Uma empresa chamada Cavalo Marinho por vezes compra, “tem selo”, compram em grandes quantidades, “vai pra médico(...), é, eu não sabia, berbigão tem médico” contava dona Néia, a empresa verifica a carne de berbigão com “lazer”, a compra é feita “com nota fiscal e tudo”. Delá, vendem para peixarias, supermercados, “mercado não, supermercado.” Concluiu dona Néia.

E o cascalho sujo, perguntei por último, “pra onde vai?” Dona Néia explicou mais uma vez que vendiam, para aterrar terrenos, garagens com lama, pois “a casca fixa bem, até melhor que brita” - “Aqui era tudo mangue, tudo lama, a gente foi colocando cascalho em cima”. A separação envolvida na *descascagem* acabava por produzir não sujeira, senão constituir e estabilizar o próprio solo da orla sobre o qual pisávamos!

Figura 14 - Peneira de ferro



Figura 15 - Descascando



7 O RANCHO

Enquanto ainda trabalhava em definir um tema ao meu projeto de pesquisa, em 2013, conheci um *intercambista* europeu que realizava seu pós-doutorado em Florianópolis, na Universidade Federal. Sua pesquisa era sobre baterias elétricas, buscando compreender como otimizá-las. Em físico-química, explicou, tratava-se de observar e entender o que ocorria no limiar entre uma substância e outra, na região de contato, era no *limite* que "tudo" ocorria, inclusive as transformações e exigências demandadas pelos elementos em interação. Isso me serviu de inspiração e por algum motivo imaginei que seria útil em outras áreas acadêmicas. Poucos meses depois presenciei uma palestra sobre territorialidade e povos tradicionais com o antropólogo Alfredo Wagner¹⁴. Apoiado pela teoria de Giorgio Agamben, Wagner trouxe à pauta de discussão o valor que há intrínseco no *limite* quando se trata de territorialidade. Agamben diria que quem o toca com o fim de modificá-lo torna-se *sacer*. De alguma forma aquilo se relacionaria com minha pesquisa. Enquanto lendo “Pureza e Perigo” (DOUGLAS, 1991) apliquei a lente à ideia de *ordem*, que enquanto "*sistema*" carrega em si o *limite*, que na organização *separa* entre o *limpo* e a *sujeira* (aquilo que resta “*fora de ordem*”). Mas foi adentrando o campo que meu palpite ou ensejo de aplicar foco no *limite* como método de análise tornou-se mais claro e útil. Foi justamente entre o mar e a terra, o não trabalhado e o “beneficiado”, que encontrei aplicabilidade dessa janela teórica.

¹⁴ Palestra proferida por Alfredo Wagner como aula inaugural do PPGAS da antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2012.

Como vimos, dentro de alguns ranchos há pessoas realizando o processo de “beneficiamento” do berbigão, cozendo-o, descascando-o, separando-o da areia e da casaca, com água, fogo, e assim *transformando* berbigão em comida, produto, e cascalho limpo. Quando chegam do mar os pescadores ou extrativistas, trazendo caixas do que tenham tirado no mar no intuito de coletar berbigão, separam-no com a peneira logo à entrada do rancho - mas não dentro. O cascalho “sujo” fica para fora do rancho, peneirado, e aquilo que passa para o lado de dentro do rancho é então submetido aos processos do “beneficiamento”. O que entra no rancho para o beneficiamento sai em partes objetivamente separadas e limpas, seja em forma de comida, produto, ou cascalho limpo. Da mesma forma, também por vezes na frente dos ranchos, que se estendem à praia em frente às suas portas, chegam peixes “sujos”, que ali são transformados, separados entre “carcaça” e filés - é ali que se “limpa” o peixe.

Ora, eu não poderia, através da restrita pesquisa em campo que apresento, afirmar generalizações sobre ranchos. Mas posso relacionar o que observei ao trabalho de Rose Gerber. Quanto aos ranchos de pesca em Santa Catarina, ela levanta traços, significações e elementos que caracteristicamente os perpassam e definem como um lugar especial na pesca:

Para além do espaço propriamente dito das cozinhas de suas casas, me deparei, conforme venho afirmando, com outro espaço que era central para que a pesca acontecesse, os ranchos de pesca ou ranchos de descasque, situados nos fundos ou próximos às casas. O rancho poderia estar fora do terreno onde vivia a família ou nos

fundos de suas residências. Trata-se de um local privilegiado de sociabilidade entre pescadores e pescadoras. Era no rancho que se pedia material emprestado, se esquentava água, se fazia café, ou se preparava uma refeição entre os muitos afazeres do dia. Alguns se entre ajudavam na pintura de embarcações ou nos momentos de empurrá-las para o mar ou para dentro do rancho. Também era ali que se entregava a rede pronta para o cliente que chegava, entre muitas outras possibilidades.

O rancho é, portanto, um espaço de agitação, de movimento, de conversas, discussões, negociações. É a partir dele que acontecem as chegadas e saídas para e do mar, feitas diretamente da areia para a água, a exemplo de Itapoá, São Francisco, Governador Celso Ramos, Laguna; ou por pequenos trapiches de madeira, como em Barra, Barra do Sul, Florianópolis, as quais muitos se referiam como *meu porto*, o porto de fulano.

[...] Tanto nas cozinhas quanto nos ranchos de pesca, havia um elemento central: o fogo. O fogo, vindo do próprio fogão, era usado para os preparativos de refeições frugais e para refeições coletivas, como peixe assado na brasa, ou em forma de caldo, reunindo vários pescadores/as amigos/as ou visitantes. Por outro lado, o fogo, que podia ser de um fogão a gás ou feito com

lenha diretamente no chão era imprescindível para processar os produtos in natura a partir de onde camarão e siri, por exemplo, eram transformados, passando de cru ao que é denominado de pré-cozido; peixe sujo virava filé; camarão em empanado; siri em casquinha.

Neste contexto que se compunha de cozinha, rancho, praia, casa, rua, dentro, fora, o rancho é, por um lado, um espaço de transformações alimentares em que o elemento fogo é central em todos os processos, mesmo deslocado da cozinha da casa, mas é também um espaço de sociabilidades que possibilitava a emergência de conflitos, trocas, criações, negociações entre profissionais da pesca, clientes, amigos e vizinhos que circulavam por aquele espaço.

É interessante lembrar que DaMatta (1991) distinguiu entre a casa e a rua em que a casa é o espaço dedicado ao sossego, à segurança, se opondo à rua que seria o local de fora onde estaria inserido, entre outros aspectos, o relacionado ao trabalho. A partir dos pressupostos do autor, parece-me possível dizer que o rancho de pesca constitui-se em um espaço de junção em que casa e rua, por vezes, se mesclam. Mas é também um espaço entre a casa e a rua, ou ainda um espaço que se transforma em uma segunda casa. Há ali a reunião de amigos e amigas, a realização de trabalhos em grupo, bem como troca de receitas,

confidência de problemas, mas também momentos em que o pescador ou a pescadora acorre quando quer ficar sozinho, pois cada rancho tem seu dono ou sua dona e, embora se entre sem bater, só se entra com a permissão que a amizade propicia. (GERBER, 2013, p. 252-253).

Ao longo de minha trajetória em campo pude notar o rancho como para além de um lugar onde se guarda material de pesca. Foi no rancho que assisti trocas de informações ligadas ao trabalho, discussões sobre o novo preço do plástico utilizado para embalar berbigão, sobre o quanto se paga atualmente por uma concha diferenciada para artesanato, e era nas portas dos ranchos onde placas informavam produtos com redes, tarrafas, berbigão e cascalho, anunciando o local para negociações. O rancho é um lugar onde se realizam lanches e alimentação, o que reúne pessoas sob um teto durante momentos de intervalo e entre trabalhos, serve como lugar oportuno para convivência e conversas. No meu caso convites para lanches serviram algumas vezes como pretexto para aproximações e amizade.

Mesmo que aberto, não se entra em rancho enquanto não há o devido convite ou proximidade com seus proprietários. É então, assim como figura Gerber, um local aberto, na “rua”, à beira da praia e do mar, do público, mas mais ou menos reservado e restrito, privativo, não chega a ser “casa”. Pode, segundo a autora, ser considerado algo como uma “2ª casa”. É, dessa forma, “algo entre rua e casa”. É para onde vão os pescadores à fim de pescar, munem-se de instrumentos e observam as condições pesqueiras do clima, do mar, mas ainda não é o mar. Para a

pesca tomar cabo, é de lá que os pescadores vão “sair”, ao mar. É portanto um lugar entre a casa e o mar. O Rancho é um local limite. Entre público e privado, entre a terra e o mar.

Do rancho da família de dona Néia saem seus filhos, ao mar, e a ele retornam, trazendo caixas cheias de seres ainda vivos, cascalho, conchas, capim. Eles peneiram a “sujeira”, e entregam a Dona Néia e sua filha o seletor berbigão e um ou outro molusco. É passando pela água mais algumas vezes, pela água quente do cozimento, pelo fogo, pelo trato dessas mulheres, depois pelo trabalho de separação manual entre a carne e a “casca” que o que foi tirado entra no rancho e ali mesmo é transformado. O Rancho é um *lugar limite* e de *transformação*. A transformação se dá pela separação e pelo cozimento. Pode-se dizer que animais extraídos que ali entram se transformam em comida e em cascalho limpo.

Se à porta do rancho chega berbigão em um estado impróprio para o consumo humano, em meio à “sujeira”(“cascalho sujo”), impuro, é de lá que saem comestíveis, descascados, cozidos, separados e até mesmo o cascalho que por dentro do rancho passa sai em sua forma “limpa”. Chegam misturadas, saem separadas. É um lugar de limpeza. O sujo fica para fora. Do cru ao cozido, se dialogarmos com Lévi-Strauss como faz Rose Gerber (GERBER, 2013), o berbigão é inicialmente *tirado* de seu “*ciclo natural*”, onde foi encontrado como “natureza”, de um ritmo no ambiente, e inserido em outro ciclo, como “cultura”. Ele encontra no rancho o meio do caminho dessa passagem de *separação* e *modificação*.

Como aponta Gerber, o rancho é um lugar do fogo, de cozinha e, portanto, de *transformação*. O beneficiamento está além de uma prática

de agregação de valor comercial ao produto. Onde estive, o berbigão chega à entrada do rancho misturado com outros elementos. Os *homens* que o tiraram e trouxeram estão imbuídos da tarefa de separar o cascalho sujo e lavá-lo com água antes que o berbigão seja colocado para dentro do rancho. É depois dessa etapa que as *mulheres* recebem as caixas (“ralos”) e lavam-no mais uma vez, para então levá-lo ao cozimento. O rancho é assim o local aonde o berbigão chega “misturado” com “sujeira”, e de onde ele sai como comida, assim como de onde o cascalho que entrou sai “limpo”. Os homens são ali, até onde pude perceber, responsáveis por lidar com o cascalho sujo. As mulheres lidam com o berbigão já peneirado e separado, mas estão responsáveis por mais lavagens, pelo cozimento, e depois por *descascar* o berbigão, separando a “carne” (comida) da “casca” (limpa). Nota-se no rancho lugares mais ou menos estabelecidos para as mulheres e outros para os homens, lugares esses acompanhados de papéis e tarefas a serem realizadas. Conforme posicionamento de Ingold, que defende que cada ser humano conhece o mundo por via de uma experiência de “descoberta guiada”, “improvisado” e “imitação”, a educação da atenção encontra no rancho possibilidades um tanto determinadas pelos papéis a serem desempenhados e relações estabelecidas entre eles e com o ambiente. A pessoa que ali vive deve assim desenvolver habilidades de acordo com o que deve ser aprendido para fazer com que aquela estrutura de trabalho continue produtiva.

A mulher mais velha, por exemplo, está mais próxima do fogo do que a mais nova. Transformador por excelência, o fogo que cose o berbigão também é o que aquece o café e cozinha comidas. O

conhecimento que gira em torno dessas práticas na cozinha também se dá no mundo da pesca observado por Gerber, geralmente entre as mulheres. Elas encontram nesses lugares um papel de condução de certo eixo de conhecimentos, de atenção, e de cultura. Essa estrutura de relações encontra, portanto, na forma de organização e dinâmica de funcionamento do rancho, mais do que eficiência no trabalho com berbigão. A própria instituição familiar encontra no rancho um pilar de conduta, de tarefas, mas também de valores, assim como o estabelecimento de formas mais ou menos adequadas de relação.

O rancho na Costeira compõe um lugar de encontro e ordem entre pessoas, berbigão, cascalho, aves, mar e terra, céu, mangue, cidade, vento, maré, e também um ponto de encontro entre atores políticos, e econômicos. modificá-lo em sua forma de organização significaria mudar também um *limite* que vem sendo constituído entre agentes que por ali se relacionam.

Quando se meche com o rancho, em sua forma de organização, toca-se o conjunto de significações e práticas que o acompanham. Os ranchos carregam em si formas estruturadas e também estruturantes de uma ordem social específica, singelamente peculiar a cada rancho, e se quisermos, mais ou menos generalizável ao “rancho de pesca”. Se um rancho é vivido por camaradas, irmãos, ou por um núcleo familiar, o processo e ordem de relacionamentos entre as pessoas nele envolvidas estará certamente pautado também pela estrutura de tarefas, modos e práticas distribuídas ao seu funcionamento e organização. O rancho em si marca uma forma de sociabilidade.

Essa sociabilidade é contextual ao ambiente que a compõe é por ela composto. A lógica de relação com o ambiente, atrelada a essa

forma, dá sentidos ao sujo, ao limpo, e aos “restos” - o que não é absolutamente reconhecido pelo poder público e, portanto, não tem como ser considerada na formulação de políticas públicas para a formulação de um galpão. Mesmo havendo usufruto personificado dos ranchos, não há autonomia nos seus rumos estruturais ou com relação às necessidades ou ordens neles vividas. Se há alguma autonomia prática-administrativa, há também império político e limites regradados pelo Estado a suas formas de entender o que são práticas “tradicionais” além de práticas mais ou menos “adequadas” à “saúde pública” e ao “Meio Ambiente equilibrado”.

Mesmo tendo notado certo otimismo na fala de dona Néia e seus filhos quanto a obtenção de um espaço “adequado” (pelo governo) para o trabalho de beneficiamento, é notório que certos cuidados poderiam ser tomados em consideração na transição do trabalho no rancho para o trabalho no galpão. Onde se localizaria, quem circularia, como funcionaria a cozinha e o direito de acesso ao fogo, são algumas das questões que, caso não levadas em conta, incorrer-se-ia no risco de reordenar abruptamente todo o sistema de relações entre núcleos familiares, camaradas, além das formas de interação com os agentes não-humanos, reconfigurando assim o próprio ambiente, mais uma vez à critério de condições impostas pelo crescimento da cidade e da ordem cívica do que se entende por sociedade e ambiente.

Por um lado a vigilância sanitária regula formas de trato com a produção de alimentos em prol da saúde pública, e permite apenas estabelecimentos regulamentados de acordo com as normas técnicas de assepsia e limpeza. Por outro, demanda a abdicação de práticas

contundentes a outros sistemas e formas de funcionamento à suas próprias maneiras. O padrão de práticas contundente à vigilância não encontra ordem nas entranhas dos peixes dispostas a céu aberto, por exemplo, enxergando no ato tradicional de limpar o peixe sobre a praia sem que o pescador recolha os “restos”, um ato de poluição e sujeira. Para a vigilância, está mais “correto”, embalar esse “resíduo orgânico” em sacos plásticos e destiná-los ao aterro. No entanto, de outro ponto de vista, assim que os restos são embalados, viram *lixo*. Contudo enquanto permanecessem sobre a praia serviriam de alimento -*comida* para gaivotas e urubus. Esse exemplo, inspirado nos relatos de Rose Gerber (GERBER, 2013), baseia-se no ponto de vista explicitado por alguns pescadores e pescadoras quanto a nova forma sendo imposta à prática de limpeza de peixes em suas praias. O que seria também do cascalho separado do contexto do rancho?

Para além da responsabilidade sobre o alimento e saúde pública, um galpão asséptico, com banheiros (proibidos ao rancho), com fogões novos e equipamentos para “aperfeiçoar” a produção de berbigão, ao padrão internacional de exigências sanitaristas, possibilitando alta agregação de valor ao produto, é um lugar atraente, com positivas novidades. Mas como agregar isso à vida dos extrativistas sem “limpar” os ranchos e suas respectivas ordens de funcionamento? Quais novos resíduos poderiam ser produzidos na transição da produção familiar para o modelo ao padrão empresarial de funcionamento? Afinal, o rancho serve apenas para separar ou também para misturar e envolver?

A proibição de construção de banheiros nos ranchos, como foi dito por um interlocutor, fomenta e justifica práticas como a de defecar em sacolas plásticas e arremessa-las ao mangue. É um “sanitarismo” que

suja. Talvez haja uma preocupação por parte do poder público de que o rancho torne-se de fato uma casa, e por esse motivo há proibição de mais banheiros. Quanto a estação de tratamento de esgoto a ser construída e que pode acabar sujando o Rio Tavares - onde “tem muita vivência” - o “quase fim” do trabalho com berbigão devido à falta de “piso na parede” entre outras normatizações exigidas pela vigilância sanitária aponta para condição vulnerável dos extrativistas e pescadores artesanais diante de aparatos burocráticos hegemônicos e agigantados, que funcionam com base em diretrizes de leis formuladas e voltadas a esferas bastante mais largas de produção e economia. É possível que o extrativismo esteja bastante assegurado pela relação estabelecida com a Resex, pois se encontra de certa forma “protegido” por aparatos estatais. Mas de forma geral as práticas e relações entre agentes e ambiente são sustentadas por vias delicadas, bastante volúveis às imposições tecnocráticas.

A falta de banheiros não impede o rancho de ser algo como uma “segunda casa”, espaço de convívio, de fogo, de cozinha, um abrigo. Mas todas essas facetas do rancho devem ser cuidadosamente observadas e incorporadas como questões centrais na formulação de novas políticas e espaços relativos a atividades que até então ocorrem no rancho. O perigo de não fazê-lo é incorrer em modificações bruscas na cultura e na ordem, nos processos de separação, também social, de lugares e papéis das famílias, relações entre famílias, relações com os animais e entre outros organismos. A visão que reduzisse o rancho a galpão, o extrativismo a maricultura, a família de pescadores a empresa, reduziria e transformaria todas essas relações em massa de trabalho e

certamente não zelaria pela autonomia do sistema social em sua dinâmica de organização e ecologia própria.

Figura 16 - Quase uma segunda casa



8 CONCLUSÃO

Tendo acompanhado algumas práticas ligadas à pesca e ao extrativismo na orla da Costeira do Pirajubaé, em busca das práticas ligadas aos resíduos, destacaram-se “restos” derivados da pesca e do trabalho com berbigão. As “*carcaças*” e peixes pequenos, e principalmente o *cascalho* tomaram assim centralidade na pesquisa. No entanto, dentro da lógica de práticas e significações da pesca nas quais estão inseridos, não são reconhecidos como *resíduo* ou mesmo *sujeira*.

Os peixes capturados pelas redes que não podem ser consumidos ou vendidos são *colocados* sobre a praia pelos pescadores, onde servirão de alimentos e *comida* para as aves e *pássaros* que *estão* ali, frequentam os ranchos *com* esses pescadores, *convivendo* e *sociabilizando*, *indo ali todos os dias*. Além disso, os *passarinhos*, reconhecidos por espécie e por vezes individualmente (como é o caso de João Grandão), participam da pesca *ajudando* e auxiliando pescadores a localizar cardumes de peixes, quase como “camaradas”. O convívio com esses *atores* não é por isso, contudo, necessariamente de todo positivo aos pescadores. Se por ventura não se tomam o devido cuidado, alguns pássaros podem *roubar* camarões e peixes da caixa de pescados.

A *casca* de berbigão, seja em sua forma de *cascalho limpo*, seja na de *cascalho sujo*, tem lugares específicos e funções diversas atribuídas pelos extrativistas. Sua presença faz necessária a *organização* de tarefas determinadas de acordo com a necessidade de seu manejo, atribuídas de forma ímpar a cada indivíduo, que desenvolve, em torno dessa organização, *habilidades* específicas de acordo com seu papel no

grupo de trabalho. O trabalho *com o berbigão*, em torno do *cascalho*, significa também a *separação* dos trabalhadores em lugares e de formas *relacionalmente* modeladas pela presença desse elemento.

Para alguns extrativistas, o *cascalho* espalhado pelas bancadas de areia, significa *proteção* de outsiders e estrangeiros que, não *habitados* ao *ambiente* composto pelas conchas, encontram dificuldade para acessar o berbigão na Resex do Pirajubaé. O extrativista local, com seu *conhecimento corporificado* ao longo de sua formação junto ao ambiente, sabe, à sua própria maneira, formas de *tirar* o berbigão adequadas ao contexto. O *cascalho* também *separa* assim o extrativista local do forasteiro, e contribui dentro dessa lógica com a perpetuação dessas formas peculiares de contatos e práticas extrativistas. Essa disposição do *cascalho* não se encontra, porém, perpetuada apenas pelas pessoas. Há uma dinâmica de funcionamento do ambiente que envolve a *agência do mar*, da *maré* e do *mangue* para que as *cascas* do berbigão se distribuam e *encaixem* sobre os bancos de areia.

A *casca* também serve para uma economia de trocas, quando *dado* (*presenteado*) entre os extrativistas, amigos, camaradas e vizinhos de rancho. Ela é utilizada continuamente para aterrar a área e a *lama* no entorno dos ranchos, ligando assim os proprietários e usuários dos ranchos numa forma de relação especial, ao modo que apenas o *cascalho* e a *lama* (de mangue), que volta a *subir*, permitem.

Além de para o aterramento local, o *cascalho* é *dado* e *vendido* para aterramentos em outros terrenos da região, urbanos ou não. Como *produto* o *cascalho* liga o ambiente da Costeira a outras partes da ilha, outras cidades e estados do país, estendendo e *misturando* o extrativismo a outros lugares e pessoas, classes sociais, histórias,

práticas, estéticas, e produções. Aterros, calcário para a agricultura (*correção de solo*), artesanatos, adornos arquitetônicos e adereços estéticos são algumas das formas cujas diversas práticas atribuem ao cascalho.

Encontrei o significado de *resíduo* ou *lixo* atribuído ao cascalho e aos *restos* da pesca em dois momentos: enquanto formulando minha pesquisa junto aos professores e no discurso de agentes do governo, tanto por parte de trabalhadores do ICMBio quanto nas políticas públicas com as quais Rose Gerber se deparou em sua própria pesquisa (GERBER, 2013). Como disse dona Néia referindo-se ao trabalho com berbigão no rancho: "Não joga nada *fora*, nem destrói, aqui a gente aproveita tudo". O termo "*fora*" indica que há um "*dentro*", ao qual Mary Douglas se referiria como *sistema* (DOUGLAS, 1991). Se no contexto técnico-sanitarista, acadêmico e no contexto de formulação de políticas públicas o cascalho e os restos de peixe são enquadrados como *sujeira*, de alguma forma o sistema de práticas e funcionamento da pesca e extrativismo não estão compreendidos e não encontram lugar adequado dentro da ordem vigente. O modelo *separa-as* de seus contextos ecologicamente específicos. A falta de compatibilidade entre a ordem da perspectiva normativa e algumas dessas práticas por vezes as relega e exclui ao espaço de "inadequação", e sob a justificativa de saúde pública e do direito ao "meio ambiente equilibrado", tratam-nas como *perigosas*. Na verdade, o ciclo de práticas *dentro* do qual dona Néia encontra-se inserida está disposto em acordo com um sistema lógico subjacente a sua forma especial de se relacionar com o ambiente.

Abrir-se à complexidade de fatores, elementos e agências envolvidos numa “sociabilidade” (INGOLD, 2003) mais ampla do que a concepção de “sociedade civil” abrange, significa possibilitar-se reconhecer uma ordem especial ao modo de operação de um funcionamento ecológico específico. Assim como a ordem na qual a pesca e o extrativismo de berbigão encontram-se inseridos na orla da Costeira – onde os elementos cascalho e resto de pesca não podem significar lixo, se não economia de troca, favores, produto, renda e alimento, proteção, dentre outras tantas relações.

E assim encontramos um novo problema, que não o resíduo material da pesca, mas a falta de autonomia e respeito que políticas públicas implicam ao serem desenvolvidas sobre uma forma hegemônica de ordenar o mundo – mecanismos pouco sensíveis ao reconhecimento e aceitação de variedades de sistemas e organização com relação ao ambiente. Não há fórmula hegemônica que consiga abranger todas as particularidades contextuais de relação prática com um “meio ambiente”, ou melhor, com o *ambiente*. A complexidade de cada contexto ambiental envolve agentes variados em formas peculiares de operação e mesmo nem tão pouco estáticas, já que as relações que a compõem envolvem-se de formas dinâmicas.

O que aconteceu com minha intenção de “aperfeiçoar” as relações com os resíduos e, como fomentado pelo professor de agronomia, inserir-me no campo de uma forma “mais ativa”?

Inserir a prática de compostagem no campo poderia ser uma solução técnica aos problemas de tráfego aéreo sobre a ilha de Florianópolis, mas, para tanto, modificaríamos outras estruturas de relações, sobrepondo a conveniência do bom funcionamento da ANAC

a um sistema profundo e ecologicamente tramado, sensível e abrangente. O resíduo não é apenas fruto da separação. Ele marca e aponta o ordenamento de sistemas de separações específicas. Se quisermos segui-lo, encontraremos formas diferentes de tratá-lo e, junto às práticas que o acompanham, formas tácitas de sistemas e lógicas por onde nem sempre será resíduo. “Resíduos da pesca” poderiam até serem assim *separados*, também como “*resíduos orgânicos*”, mas isso significaria puxar um fio da trama de uma complexa composição do ambiente. Com respeito ao “cuidado” que devemos ter com o ambiente, uma inserção puramente técnica e unilateral não será necessariamente vantajosa.

Se, como sugere Morin (MORIN, 2007), abarcarmos em nosso posicionamento epistemológico a real complexidade do campo, nossos levantamentos e pesquisas tenderão a negar uma inserção “ativa” baseada nas ultrapassadas premissas que reduziram mecanismos do universo a funcionalidades de um relógio e ao elementaríssimo simplista. Para navegarmos a um encontro cada vez mais profundo e adequado às nossas necessidades com o (“meio”) ambiente faz-se necessário observar bem as relações que o compõem, antes de propor políticas e inserir novas práticas. As modificações podem brusca e desavisadamente incorrer em perigosas perdas e outras irreversíveis mudanças ecológicas. Para que estejam adequadas às necessidades à sutileza da trama ambiental, não é apenas uma pesquisa ou uma disciplina que comportará traduzi-la.

A trajetória de minha pesquisa teceu algumas formas de contato relacional entre o cascalho, pescadores, mar, mangue, terra, céu,

pássaros, aviões... Nessa breve trajetória, uma agente do ICMBio contou-me que, “na verdade”, o problema da ANAC com aves se dava pelo fato de haverem construído açudes no entorno do aeroporto. Já outro interlocutor, também interessado em compostagem, contou que uma cidade brasileira, Criciúma, se bem me recorde, inseriu a relação com gaviões no aeroporto local. Treinados, esses gaviões capturam outras aves antes que um avião se aproxime, e a libertam quando não houver mais risco de acidente. Existem, portanto, também outras soluções ao problema do tráfego aéreo, que não necessariamente modificam a relação de camaradagem entre pescadores e aves.

De todo modo, outras políticas públicas se aplicam sobre os extrativistas e pescadores da Costeira. A cidade continua crescendo, e as relações com o ambiente marinho se reconfiguram em igual medida. Um trabalho interdisciplinar de reconhecimento e análise ecológica pode “fertilizar” muito mais o terreno de discussões e de formulação de políticas públicas para adequá-las à inserção de normatizações sobre as práticas e sobre as relações no ambiente da Resex. A inclusão do método etnográfico nesse processo de levantamento e tradução oferece a possibilidade do retrato sobre *como* se dão algumas dessas relações sem dissociá-las. Para conhecer o campo é preciso não só observar, mas *sentir* o berbigão e o cascalho, segui-los por seus caminhos, e traduzir essa experiência, para que o ambiente onde se inserem não seja reduzido a compreensões mercadológicas, como recurso, ou ambientalista, como simples reserva. Essa pesquisa deixa, assim, uma série de informações que podem encontrar lugar frutífero compondo-se a uma ordem socioambiental de pesquisas, assim como soar como ruidosa e

descartável *sujeira* ao sistema hegemônico de padronização de normas, práticas, e da *ordem*.

Figura 17 – De dentro e de fora



BIBLIOGRAFIA

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. São Paulo: Humanitas e Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. **O Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALBUQUERQUE, Durval M. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. Recife: FNJ, Massagana, 1999.

BALDISSARELLI, A. et al. **Considerando mais o lixo**. Florianópolis: Copiart, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: Escritos de Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP)**, n. 5, Brasília: UnB, jan./jul., 2011.

_____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **A juventude é apenas uma palavra.** In:
_____. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero,
1983.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Brasília, DF:
Ministério do Meio
Ambiente, Versão Preliminar para Consulta Pública, setembro de 2011.

CARDOSO, Irene Arruda Ribeiro. **Memória de 68:** Terror e interdição
do passado. Tempo Social, 1990;

COHN, Gabriel (Org.). **Weber:** sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

DEVOS, R. V.; ROCHA, A. L.C. **Patrimônio ambiental e Águas
urbanas - Habitantes do Arroio.** 2010.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

DURKHEIM, Emile. **A divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins
Fontes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no College de
France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar**: Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<www.bu.ufsc.br/teses/PASO0320-T.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2014.

HOGAN, D. J; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1995.

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KUHEN, A. **Reciclando o cotidiano**: Representações Sociais do Lixo. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

LATOUR, B. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network-Theory, Oxford, Oxford University Press, 2005.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LIMA, M. J. A.: **Ecologia Humana, Realidade e Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Argonautas no Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LUD, Ned (Org). **Urgência nas Ruas: Black Block, Reclaim the streets e os Dias de Ação Global**. São Paulo: Conrad, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**, São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I, Vol. II. São Paulo: Difel, 1984.

MICHAUD, Eric. **Soldados de uma ideia: os jovens sob o terceiro Reich**. In: Levi, G & Schmidt, J. C. História dos Jovens I e II. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MOISÉS, J. A. (Org.). **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp. 2010.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SÁEZ, O. C. **Esse Obscuro Projeto de Pesquisa: Um Manual de Método, Técnicas e Teses em Antropologia.** Florianópolis: Edição do Autor, 2013.

SAINT-PIERRE, Héctor. **Max Weber: entre a paixão e a razão.** São Paulo: Unicamp, 1994.

SILVA, S. L. **Negociando Identidade: Uma Etnografia Entre Trabalhadores Com O Lixo Em Santa Maria, RS.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SZTUTMAN, R. **Imagens Perigosas: a possessão e a gênese do cinema de Jean Rouch.** São Paulo: USP, Cadernos de Campo, 2005.

TURNER, V. **The Anthropology of Performance.** New York: PAJ, 1997.

VIEIRA, P. F. **A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980 - 1990):** Contribuição ao mapeamento e avaliação crítica preliminar do esforço de pesquisa. 14º encontro da ANPOCS, Caxambu, 1990.

Referências Audiovisuais:

COUTINHO, E. **Boca do Lixo – Documentário, Brasil, 1992, cor, 49 min.**

DEVOS, R. V. **Habitantes do Arroio: estudo de águas urbanas, risco, saúde pública e comunidades éticas em Porto Alegre, RS. –**

Documentário, Brasil, Porto Alegre: UFRGS, Instituto Anthops, 2009-2010, cor, 102 min.

FURTADO, J. **Ilha das Flores** – Documentário, Brasil, 1989, cor, 13 min.

PRADO, M. **Estamira** – Documentário, Brasil, 2004, cor, 127 min.

WALKER, L.; JARDIM, J.; HARLEY, K. **Lixo Extraordinário** – Documentário – Brasil – Reino Unido, 2010, cor, 99 min.